

ATA DA 080ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2020  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Carlos Humberto - Cesar Valduga - Coronel Mocellin - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia  
Deputado Mauro de Nadal

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores Deputados

Antes de entrarmos no horário de Breves Comunicações, a Presidência presta, e entende adequado, o seguinte esclarecimento:

Na última sessão realizada na quinta-feira, a sessão extraordinária, como lido na ata, às 15h, tivemos a suspensão da mesma por uma liminar deferida pelo Tribunal de Justiça. Faço um breve histórico.

O Governador, por meio de seu advogado, impetrou Mandado de Segurança, às 11h59, do dia 15 de outubro, alegando que a Alesc não cumpriu às 48 horas previstas no § 2º do art. n. 20, da Lei n. 1.079, de 1950, entre a publicação do parecer e a sessão extraordinária agendada para a votação.

Alegou que o Diário da Alesc, publicado pelo arquivo 7723, teria sido criado às 17h43, do dia 13 de outubro, portanto, não cumpriria as 48 horas legais. Solicitou, assim, a suspensão da referida sessão. O Desembargador Monteiro Rocha, relator do Mandado de Segurança, deferiu a medida liminar às 14h20, do dia 15 de outubro, com o seguinte fundamento:

(Passa a ler)

"...demonstram satisfatoriamente que o parecer foi publicado no Diário Eletrônico do dia 13/10/2020, ao que parece, após as 17h. Logo, a convocação da sessão extraordinária às 15h do dia 15/10/2020 fere o devido processo legal, que exige um prazo de 48 horas entre a publicação do parecer e a realização da sessão para a votação do Projeto Decreto Legislativo correspondente".

Às 15h, ciente da decisão liminar, muito embora não formalmente intimado, e em respeito à decisão judicial, esta Presidência suspende a sessão até que a medida fosse revista, tendo em conta que a certidão lida em Plenário atestava e comprovava que a publicação do Diário da Assembleia ocorrera às 14h37, efetivamente, do dia 13 de outubro, portanto, cumprindo o interstício previsto na Lei n. 1.079.

A Procuradoria Jurídica da Casa, às 15h45, protocolou Pedido de Reconsideração, requerendo a revogação da medida liminar, juntando a Certidão para comprovar o horário da publicação. Sendo que às 17h, a Presidência, ouvindo os senhores Deputados, que pacientemente esperavam o desfecho e o cancelamento da decisão do Desembargador Monteiro Rocha, resolve, então, encerrar a sessão extraordinária. Às 17h15, portanto, 15 minutos após o encerramento da sessão, o Desembargador Monteiro Rocha revogou a liminar, pois a Procuradoria Geral da Assembleia Legislativa comprovou que o referido documento eletrônico foi publicado às 14h37, do dia 13 de outubro de 2020, conforme certificou, com fé pública, o Coordenador de Publicação da Casa. O Desembargador conclui a sua decisão nos seguintes termos:

(Passa a ler)

“Assim, reconsidero a decisão do evento 6, cassando a liminar deferida e autorizando o prosseguimento da sessão extraordinária para discutir e votar o parecer da Comissão Especial do Processo de *Impeachment* de n. 6919/2020 neste dia 15/10/2020”.

Ora, a sessão já havia se encerrado quando veio essa decisão do Desembargador Relator. Fica claro e demonstrado desde o início, como sempre nesses processos, que a Casa Legislativa sempre cumpriu fielmente com todas as determinações da Lei n. 1079, de 1950, não tendo havido, em momento algum, afronta ao devido processo legal ou cerceamento de defesa aos denunciados.

Portanto, reitera-se aquilo que vem sendo dito seguidamente por necessário, que a Procuradoria da Casa e toda a assessoria envolvida neste processo tem se havido com competência, com zelo e com respeito à norma legal. É o que fica comprovado nesse episódio que vivenciamos, posto que o Magistrado foi induzido a equívoco, corrigido logo a seguir.

Assim, como prevê a Lei n. 1079, a matéria, após 48 horas da publicação do parecer da Comissão Especial, deve ser inserida à Ordem do Dia, sendo a primeira matéria da Ordem do Dia da sessão. É o que ocorre hoje, o referido processo que dá prosseguimento do pedido de *impeachment* está incluído na Ordem do Dia da sessão de hoje, que terá início, na forma do Regimento Interno, às 16h. Teremos, portanto, Breves Comunicações, horário dos Partidos Políticos e, às 16h, como primeira matéria da Ordem do Dia, é a votação da autorização de prosseguimento do processo de *impeachment*, rigorosamente de acordo com a legislação e o Regimento Interno da Casa.

Mais uma vez, agradeço os senhores Deputados pela compreensão na data de quinta-feira, mas que fique bem claro, não houve, de parte da Assembleia, de modo especial da Procuradoria Geral e daqueles assessores que estão dedicados a essa tarefa difícil, mas necessária, e ao cumprimento da nossa missão até aqui, como reitero, não houve qualquer deslize, qualquer erro e qualquer

tentativa de apressamento ou açodamento por parte da Assembleia Legislativa.

Restabelecida a verdade, a Presidência encerra essa comunicação inicial, preliminar a esta sessão, e voltamos à sessão em Breves Comunicações, depois o horário dos Partidos Políticos e, logo após, a Ordem do Dia.

Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. Presidente.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. Presidente, eu queria, até porque fico pensando em quem está nos assistindo, como é que vai fazer uma avaliação disso que está ocorrendo, quando na quinta-feira passada ocorreram esses fatos que vossa excelência colocou. E me leva, Deputado Cobalchini, até por questão da minha formação, eu sou jornalista, sempre tentar explicar alguns fatos. E é bom deixar claro que a defesa, que fez o pedido para a suspensão da sessão na semana passada, ela usou argumento muito técnico. Quando você tem num portal um arquivo PDF, e baixa o arquivo, a data e a hora que este arquivo entra no seu computador, Deputado Altair, é a data e a hora que fica registrado. Então, portanto, quando a defesa do Governador disse que esta Casa tinha feito a publicação às 17h e pouco, foi porque houve o baixamento desse arquivo, e foi isso que a Casa, depois, explicou para que pudesse ter a ciência que, realmente, como disse vossa excelência, senhor Presidente, a Procuradoria da Casa tem sido muito zelosa com relação a esta questão.

Então, só para explicar essa questão técnica, e que foi explicada e restabelecida a verdade. Muito obrigado! *[Transcrição: Taquigrafa Ana Maria]*

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Passa ao horário reservado às Breves Comunicações.

\*\*\*\*\*

**Breves Comunicações**

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Parabeniza a diretoria e atletas do Clube Náutico América, de Blumenau, pela passagem dos 100 anos de fundação.

Alerta os colegas Deputados, em especial os candidatos à eleição em novembro, sobre os cuidados na promoção de reuniões políticas, explicando que a fase é de rescaldo do coronavírus e é preciso muita cautela, pois em várias cidades catarinenses estão ocorrendo aumento do número de infectados e de internações em hospitais.

Convida todos os Parlamentares para participarem de debate sobre as vacinas contra o coronavírus, que ocorrerá no dia 22 de outubro, às 11h, na Alesc. Encerra, acrescentando que é um evento muito importante, pois existe a expectativa, no Brasil e no mundo, relacionada à criação de uma vacina eficaz contra o vírus.

Deputado Neodi Saretta (Aparteante) - Parabeniza e concorda com o Deputado Dr. Vicente, citando a presença do diretor do Instituto Butantan na reunião, que vai esclarecer muitas dúvidas. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Solicita ao Presidente que os visitantes e colegas servidores do Governo, quando chegassem, pudessem ocupar os espaços vazios na parte superior do Plenário.

Explica que na sessão anterior houve negativa nesse sentido para reserva de espaço às assessorias, mas considera que as mesmas trabalham melhor mais próximos aos Deputados. Também pede que, se houver a necessidade de receber um vereador ou alguém que queira falar com os Deputados, que a assessoria, devidamente autorizada, possa receber. Afirma que gostaria muito dessa tolerância para com os Parlamentares.

Reitera que todas as solicitações feitas levam em consideração as normas de segurança e prevenção da Covid-19.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Explica à Deputada que, na verdade, essas ponderações são assuntos já deliberados pela Mesa Diretora, e toda a normativa que está sendo seguida pela Casa é

embasada nas normas da Vigilância, e estão sendo cumpridas com as obediências necessárias. Afirma que levará o assunto à Presidência da Casa e à Coordenação do Expediente para as observações oferecidas por vossa excelência e, na sequência, as deliberações de encaminhamento. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

A Presidência concede a palavra aos sr. Deputado Ivan Naatz, que retira a sua inscrição, considerando a fala da Deputada Paulinha.

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) - Reporta-se ao aumento dos preços dos materiais da construção civil, citando a variação de alguns itens, como: cimento - de 7% a 18%; concreto - de 6,5% a 9%; bloco cerâmico - de 8% a 15%. Dessa forma, faz um apelo à comissão de Finanças e Tributação no sentido de analisar um projeto para que as emendas impositivas possam ser aplicadas em 2021, em função do aumento dos preços, pois acredita que muitas obras licitadas não serão concluídas.

Menciona a ligação da serra de Santa Catarina com a serra gaúcha, conhecida como "Caminhos da Neve", e diz estar monitorando essa pauta importante, porque o protocolo do estudo de viabilidade técnica e econômica, do DNIT, foi entregue em Brasília. Cita que, em dezembro de 2019, foi aprovada a lei que desafeta o trecho de 10 km, da SC-114, o qual não está asfaltado, e a União precisa fazer a sua parte para concluir a federalização. Discorre a respeito da Ponte das Goiabeiras, que não consta nos mapas, porque foi construída pelos colonos para escoarem seus produtos.

Também, faz apelo à CCJ para dar uma atenção especial ao projeto de sua autoria que trata da questão da merenda escolar para as crianças carentes nas férias, pois muitas realizam o almoço somente na escola, sendo que outros Estados da Federação já realizam essa prática e, ao menos, se garante um kit de alimentos nos meses de julho e janeiro, proporcionando um desenvolvimento saudável. *[Taquígrafia: Sílvia]*

DEPUTADO CARLOS HUMBERTO (Orador) - Tece comentários sobre a reunião realizada com o Conselho Comunitário de Segurança e Cidadania - Conseg BC, do Município de Balneário Camboriú, a respeito do número de policiais militares na referida cidade, relatando que no início dos anos de 2000 tinha 250 policiais efetivos e, atualmente, são apenas 104 para dar segurança a 145 mil munícipes, sendo que nos finais de semana, em geral, recebe uma média 80 mil visitantes.

Menciona, enfaticamente, que a cidade precisa de mais efetivo, relatando que em 2015 eram 166 policiais. Por isso, faz o apelo, em nome da comunidade, dizendo que o referido município é a cara de Santa Catarina, é uma cidade turística, pois todos os finais de semana vêm pessoas do Brasil e do mundo e, a partir de Balneário Camboriú, se dividem pelo Estado, bem como salienta a qualidade de segurança que é proporcionada em todo território catarinense.

Assim, espera que o pronunciamento e as indicações feitas, na presente data, sirvam para sensibilizar o comando. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Lamenta o falecimento do senhor Mário Lanznaster, Presidente do Grupo Aurora. Relembra sua trajetória de vida e destaca o legado exemplar deixado pelo empresário, um dos maiores líderes do cooperativismo brasileiro.

Diz ter acompanhado a homenagem prestada ao senhor Mário durante o final de semana, onde vários amigos, agricultores e empresários se fizeram presentes.

Comenta que o Governo do Estado decretou luto oficial de três dias, assim como o município de Chapecó. Tece elogios ao serviço prestado em prol do desenvolvimento do oeste de Santa Catarina, e sugere ao senhor Presidente da Assembleia Legislativa que se faça uma moção de solidariedade e pesar ao cooperativismo catarinense e à família Lanznaster.

Fala da sua tristeza pela perda e declara solidariedade aos familiares, bem como aos cooperados e a todos aqueles que fazem parte da família Aurora. *[Taquiografia: Guilherme]*

\*\*\*\*\*

### **Partidos Políticos**

Partido: PP

DEPUTADO ALTAIR SILVA (Orador) - Comenta sobre a perda do senhor Mário Lanznaster, e discorre sobre a sua história de vida e carreira.

Enaltece o trabalho do empresário e recorda o início da sua própria história profissional, quando chegou a Chapecó e o senhor Mário foi um dos primeiros a ajudá-lo a empreender no município.

Diz que o senhor Mário Lanznaster sempre foi um empreendedor a frente do seu tempo, desenvolvendo pesquisa e lançando oportunidades. Foi Presidente da Cooperativa Alpha e da Cooperativa Aurora, um dos maiores grupos do Estado, o qual oferece emprego e renda para muitas famílias catarinenses.

Fala da sua visita à Cooperativa Aurora na companhia do Senador Jorginho Mello, quando percebeu o senhor Mário muito debilitado.

Lamenta a perda, mas diz que a sua história e espírito estarão sempre presentes, pela sua liderança e legado deixado para o Estado de Santa Catarina. *[Taquiografia: Guilherme]*

Partido: PSD

DEPUTADO MILTON HOBUS (Orador) - Relata aos demais Colegas que foi contaminado pela Covid-19, mas encontra-se em casa, estável e em recuperação.

Relembra sobre a votação da Medida Provisória, da qual foi relator, que fazia justiça aos funcionários da Saúde através de gratificações, agraciando médicos de algumas UTIs, porém essa medida acabou criando conflitos.

Comenta que houve a procura de um amplo entendimento com os setores de Saúde, a Secretaria de Estado da Saúde para encontrar um equilíbrio.

Acrescenta que ao fim houve a inclusão dos demais funcionários dos hospitais, do Centro de Operações de Emergência e Saúde - COES e organizações sociais da Saúde, atendendo o pessoal da linha de frente.

Informa que essas gratificações são importantes para incentivar os profissionais de Saúde que estão na linha de frente do combate à Covid-19 e, conseqüentemente, mantém as UTIs funcionando, também diminuindo a fila de atendimento das cirurgias eletivas.

Critica a atitude da Secretaria de Estado da Saúde que, através da Portaria n. 763, nomeou 28 pessoas para o COES, incluindo jornalistas e fotógrafos. Pede apoio aos demais Deputados para fazer uma moção solicitando ao Secretário da Saúde que justifique esse ato irracional e irresponsável.

Repudia outra portaria, que trata de realocar R\$ 450 mil em recursos para despesas com aeronaves para uso do Governo Estadual e Secretários, indo na contramão do que o Governo pregava no passado.  
*[Taquiografia: Northon]*

Partido: NOVO

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Lamenta que, recentemente, através do Decreto n. 892, foi retirado R\$140 milhões do orçamento da Segurança Pública de Santa Catarina. Acrescenta que o motivo foi para alocar esse recurso para o Fundo Previdenciário do Estado.

Comenta que evitar a reforma da Previdência causa esse tipo de consequência, e argumenta que a Previdência é a maior despesa do Estado.

Alerta sobre a taxa de homicídios, a qual cresceu 16% no ano de 2020, e questiona os R\$140 milhões realocados, que poderiam ser utilizados para equipar os órgãos de Segurança Pública.

Informa que o projeto da Reforma da Previdência precisa ser debatido novamente no próximo ano, e espera que os demais Parlamentares estejam atentos para as consequências de não aprovar o referido projeto.

Apela para que a Casa vote, ainda no presente ano, o projeto da educação domiciliar, tirando da marginalização as famílias que optam por educar seus filhos fora do sistema tradicional. [Taquiografia: Northon]

Partido: PSL

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Discorre sobre a reforma previdenciária. Diz que o assunto está sem espaço para debate na Assembleia Legislativa devido aos acontecimentos dos últimos meses. Cita a pandemia e todos os trâmites que envolvem os processos de *impeachment*.

Afirma que a reforma da previdência é um tema delicado, que envolve muitas questões, mas deve ser debatido com seriedade para que o projeto seja eficiente e saudável, pensando nas próximas gerações e no desenvolvimento da economia catarinense.

Parabeniza o Presidente Jair Bolsonaro por deixar explícito a não obrigatoriedade da vacina contra a Covid-19. Questiona quem são os especialistas que recomendam a vacina obrigatória e critica a divulgação de notícias tendenciosas.

Conclui, pedindo que os governantes tomem cuidado com os decretos, e em relação à responsabilidade do foi determinado pelos mesmos, salientando as consequências negativas em decorrência destes. [Taquiografia: Roberto]

Partido: PL

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Conta que o município de Blumenau fez acordo com empresa de transporte coletivo, a qual está cobrando judicialmente o valor de R\$18 milhões da Prefeitura da cidade.

Afirma que todos os empresários do País foram prejudicados durante a pandemia e diz que não há lógica no fato da empresa de transportes solicitar o pagamento de serviços que não foram prestados.

Alega que não é justo os cidadãos contribuintes, pagadores de impostos, arcarem com o prejuízo de determinada organização que foi

impedida, por situação de calamidade, de exercer suas atividades. [Taquiografia: Roberto]

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos no horário destinado aos Partidos Políticos, a Presidência suspende a presente sessão até às 16h, retornando na Ordem do Dia.

\*\*\*\*\*

### **Ordem do Dia**

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Está reaberta a sessão, e passamos de imediato à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que existem outras matérias na Ordem do Dia, inclusive a PEC da TPA, que será votada em segundo turno, após a votação do Decreto Legislativo nº 0011/2020.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 0011/2020, que autoriza a instauração de processo por crime de responsabilidade contra o senhor Governador do Estado de Santa Catarina, Carlos Moisés da Silva, Processo de *Impeachment* nº 6919/2020, Representação nº 002.6/2020.

Conta com parecer favorável da Comissão Especial pelo acatamento da representação que apura crime de responsabilidade contra o senhor Governador do Estado de Santa Catarina, Carlos Moisés da Silva, e pelo arquivamento da representação contra a senhora Vice-Governadora do Estado de Santa Catarina, Daniela Rainehr.

(Passa a ler)

"Rito n.º 1(um) - Para cumprimento do dispositivo legal do artigo 21 da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, cada partido poderá indicar até cinco representantes para discutir a matéria pelo período de até uma hora.

Serão chamados os oradores dos partidos de maior para os de menor composição, sem interrupções e sem apartes. Cada Líder poderá usar a palavra em nome da Liderança.

O relator poderá responder aos questionamentos feitos pelos senhores deputados, em qualquer tempo, sempre que provocado."

Antes de passarmos a palavra aos senhores Deputados, pela ordem, como já dito, a Presidência passa a palavra, em primeiro lugar, aos advogados autores do processo de *impeachment*, Doutor Bruno de Oliveira Carreirão e Doutor Leonardo Borchardt, que dividirão o tempo. O tempo será de 15 minutos.

Têm a palavra, então, os advogados autores do processo de *impeachment*.

Com a palavra, inicialmente, então, o Doutor Bruno de Oliveira Carreirão.

DOUTOR BRUNO DE OLIVEIRA CARREIRÃO -  
Excelentíssimos Deputados!

Essa Casa tem sido injustamente questionada se seria o momento mais propício para que Santa Catarina estivesse discutindo um *impeachment*. Mas, a verdade é que o povo catarinense precisa do *impeachment* para que nós possamos enfrentar o coronavírus.

Quando Santa Catarina foi um dos primeiros Estados do Brasil a adotar medidas restritivas para tentar achatam a curva de contágio, se dizia que as medidas eram necessárias para que o sistema de saúde pudesse se preparar.

O que se viu nesse tempo, no entanto, foi compra de respiradores fantasmas por R\$ 33 milhões; fraude na contratação de um desnecessário Hospital de Campanha; e o Estado tentando terceirizar a sua responsabilidade aos municípios, ao ponto de ser necessária a propositura de uma ação civil pública para que o Governo do Estado retomasse o seu necessário protagonismo.

Então, se a pandemia deve ser a prioridade para Santa Catarina, o seu efetivo combate só será possível quando nós não tivermos mais o senhor Carlos Moisés da Silva à frente do Governo. E, é por isso que eu digo que mais do que um pedido de *impeachment*, esse é um pedido de socorro do povo catarinense.

Há nesse processo muito mais do que indícios, que já seriam suficientes para autorizar a abertura do processo. Há provas de que o

Governador não só estava ciente, mas estava, inclusive, de acordo com a vergonhosa compra dos respiradores fantasmas.

No dia 31 de março o Governador submeteu a esta Casa um projeto de lei que visava autorizar antecipação de pagamentos em compras de equipamentos para enfrentar a pandemia. Isso prova não só que o Governador estava ciente do pagamento antecipado, como também ele tinha ciência de que essa forma de pagamento era ilegal, tanto que ele sentiu a necessidade de tentar legalizar esse ato.

Em defesa, o Governador alega que não, que na verdade esse projeto de lei visava uma autorização geral. Só que esse projeto de lei foi enviado para esta Casa no mesmo dia em que foi feito o pagamento para a Veigamed.

Coincidência? Até poderia ser! Mas, o Presidente do Tribunal de Contas, em depoimento à "Operação Oxigênio", afirmou que, também no final de março, conversou pessoalmente com o Governador por telefone sobre o pagamento antecipado da compra dos respiradores.

Ele disse: "É uma pergunta que veio também, era com relação ao pagamento antecipado, não só dos respiradores, mas também dos respiradores".

Após essa conversa, o Governador ainda formalizou uma consulta ao Tribunal de Contas, questionando de que forma poderia fazer esse pagamento antecipado. Só que ele não tinha interesse na resposta, porque o pagamento já tinha sido feito.

A verdade é que o Governador sabia que era ilegal fazer o pagamento antecipado, e tentou parecer que foi diligente, mas a verdade é que ele nunca se preocupou com o efetivo resultado dessa compra.

E por que essa questão do pagamento antecipado é tão importante? Porque na administração pública a regra é que o pagamento só é feito depois que o produto é entregue, justamente para que o Estado não fique no prejuízo. Somente em situações muito excepcionais é admitido o pagamento antecipado, desde que o Governo se cerque de uma série de garantias.

O Presidente do Tribunal de Contas ainda alertou para o Governador: "Pior dos mundos seria o Estado ficar sem o equipamento e sem o dinheiro". E foi o que aconteceu, porque o Governo não adotou, não exigiu nenhuma garantia dessa empresa, depois que ficou claro que era uma empresa de fachada. Qualquer um que lesse esse processo administrativo perceberia que, essa cotação de preços que foi feita, foi uma fraude.

A proposta da Veigamed era uma cópia de uma proposta que havia sido feita por uma empresa de Joinville. E foi uma cópia tão mal feita, que sequer foi removido o nome da empresa de Joinville.

As outras propostas na cotação de preços eram ainda mais absurdas, não tinha CNPJ, não tinha nome da empresa, não tinha nome do responsável. Eram propostas nitidamente forjadas para justificar o preço da Veigamed.

E o pior de tudo, não consta nos autos do processo administrativo nenhum contrato firmado com a Veigamed. O que é mais suspeito é que esse processo contém várias certidões informando que páginas foram desentranhadas.

Então, fica a dúvida. Afinal, o pagamento antecipado foi feito sem contrato? Ou o contrato foi ocultado, porque comprometia diretamente o Governador? A meu ver, as duas hipóteses são extremamente vergonhosas.

O Governador alega que não cabia a ele fazer a compra e nem assinar o contrato. Ele disse, inclusive, em entrevistas "O Governador não compra nada".

Mas, então, por que em uma outra compra similar, também de respiradores, o contrato com a empresa Intelbras foi assinado pelo próprio Governador?

O caso da contratação do Hospital de Campanha pelo valor de R\$ 76 milhões? Só não é mais vergonhoso porque o contrato foi cancelado a tempo, após o Tribunal de Contas ter identificado diversas irregularidades.

E o despacho que autorizou a contratação foi assinado pelo Governador. Mas, o Governador alega

que não foi ele que assinou esse despacho. Ele alega, na verdade, que ele, inclusive, recusou a assinar o documento.

Mas, ele não explicou por que, então, ele não tomou providências para que essa contratação não fosse adiante, se ele realmente não concordava.

Aliás, se o Governador teve oportunidade de recusar a assinatura do documento, significa que ele confessa que ele tinha ciência da contratação desde o início. E se fosse verdadeira a versão do Governador, significaria que o Chefe da Defesa Civil, que também assinou o despacho, teria cometido uma grave fraude ao assinar um documento, que consta também que foi assinado pelo Governador. Mas, o chefe da Defesa Civil permanece o mesmo!

O Governador Carlos Moisés, ele tem insistindo nos últimos dias em uma narrativa que os responsáveis pelo *impeachment* são pessoas que foram derrotadas nas eleições de 2018, e que querem retomar o Governo no tapetão, como ele diz.

Governador, eu tenho um recado para o senhor. Eu votei no senhor em 2018.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Um minuto para concluir.

DOUTOR BRUNO DE OLIVEIRA CARREIRÃO - Eu votei, porque acreditei que seria possível uma renovação. Mas, o que eu vi no seu governo: fraudes, pagamentos ilegais, mentiras. Não foi nisso que votei.

Mas, nem por isso esse processo de *impeachment* deve ser encarado como alguma forma de vingança. Como diz o nosso Hino de Santa Catarina: "O povo catarinense é grande, porém não vingativo".

Nós não buscamos vingança. Nós buscamos justiça. Muito obrigado!

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Tem a palavra para concluir o tempo dos autores do processo, o Doutor Leonardo Borchardt.

DOUTOR LEONARDO BORCHARDT - Boa tarde!

Senhores Deputados, população catarinense, é um prazer falar à Casa do Povo, mesmo sendo em um dia tão triste e aterrador.

O prosseguimento de um processo de *impeachment* é inafastavelmente um dia a se lamentar. Lamentar as razões que nos trouxeram até aqui. Lamentar o conjunto da obra que desencadeou momento de tamanha consternação e firmeza. Os fatos, porém, não permitem conclusão distinta, interpretação adversa, ou mesmo admitem que os crimes de responsabilidade deixem de ser apreciados com urgência e vigor.

Porém, na semana passada, uma mentira contada ao Tribunal de Justiça prejudicou os trabalhos deste processo. Mas, mentiras não são novidades em todo este processo, em todos estes procedimentos.

A falta de verdade aparentemente tornou-se o *modus operandi* na vil tentativa de negar as questões mais facilmente constatáveis, como que duvidando da nossa inteligência, duvidando da inteligência do catarinense.

Na semana passada, dizendo que uma publicação que existiu, não existe. E à CPI, desta Casa, mentindo descaradamente ao dizer que não sabia das compras dos respiradores. Parece, essa repetição, até uma patologia. Será talvez uma repercussão de um vírus?

Rememoremos que no dia 27 de março, ao lado do Governador, em uma *live*, o ex-Secretário de Estado da Saúde, Elton Zeferino, diz que: "Por falta de respiradores à pronta entrega no Brasil, foi necessário fazer uma compra internacional".

Nesta *live*, o próprio Governador, demonstrando todo o conhecimento sobre o tema, disse que "percebeu a impossibilidade de aquisição dos respiradores no mercado nacional.", fazendo, inclusive, perguntas a Elton, demonstrando, já em 27 de março, total conhecimento do tema em público. [*Transcrição: Taquígrafa Sílvia*]

No dia 31 de março, em outra *live*, repetindo este conhecimento pleno, o Governador afirma que foi feita uma aquisição e que estaria lutando para que os respiradores cheguem aqui.

Os trechos das *lives* devem ser somados ao projeto de lei encaminhado a esta Casa no dia 31 de março. A conversa com o Presidente do TCE, e ao

ofício direcionado ao TCE sobre a licitude dos pagamentos que já haviam sido realizados.

No dia 03 de abril, em uma nova *live*, o Governador questiona seu Secretário para que esclareça as aquisições, principalmente a dos respiradores.

No dia 11 de abril, em outro ato público, o Governador falou sobre a contratação do hospital de campanha, e sobre as exceções necessárias em tempos de pandemia.

Neste mesmo dia 11 de abril, o Governador disse "quem paga R\$ 160 mil não recebe, é a situação que estamos lidando hoje."

O histórico de *lives*, coletivas de imprensa e documentos deixam claro que o Governador não sabia, e sempre soube das compras realizadas por seu governo, como participou ativa e diretamente de todas elas. E como não poderia saber, se tratamos da maior crise sanitária do nosso Estado? Certamente o momento mais importante do seu Governo. Tão importante que, inclusive, contrato milionário de empresa publicitária foi traçado apenas para tornar público os atos do Governo.

Acontece que, digno de um sofista, o Governador afirmou à CPI desta Casa que tomou conhecimento apenas no dia 22 de abril, e que teria tomado as medidas imediatamente, desconsiderando toda a monta de provas existentes e cometendo novo crime de responsabilidade, mentindo descaradamente à CPI desta Casa.

Senhores Deputados, folhee e refolheei a defesa do nosso Governador, e observo que em nenhum momento esta defesa contesta que uma quadrilha tomou conta do nosso Governo e cometeu atos da mais grave corrupção. E aquilo que não é contestado é confesso, a defesa busca convencer todos nós que o Governador era simplesmente um inocente, um pouco avisado Governador que de nada sabia. Ou seja, aos meus olhos um incompetente. Não sei o que seria pior, um corrupto ou de uma incompetência tamanha que nada viu em um palmo a sua frente.

Mas acontece que essas defesas deixam de observar que tratamos de um coronel, de um pós-

graduado em Direito, de um comandante. Deixa de observar que a conduta demonstrada de participar de todo o planejamento e publicidades, enviar pessoalmente projeto de lei, enviar ofício, fazer conversas pessoais e, ao final, realizar compras absurdas sem nenhuma garantia, sem sequer a existência de um contrato. Quase como se comprasse uma bala em uma feira, desrespeitando totalmente a Lei de Licitações e os cofres do nosso Estado.

E ao final de tudo isso, desligar os responsáveis com elogios e agrados, como se abraçando os seus irmãos. Irmãos esses escolhidos pelo líder, pelo Governador. Irmãos esses que em nada foram penalizados, afinal sequer um procedimento administrativo foi instaurado para apurar as escrachadas ilicitudes.

Tais condutas nunca poderiam ser observadas como atuação passiva, atuação desavisada de um demasiadamente inocente, tratamos do Governador do Estado, do responsável por sua condução, do responsável pelas nomeações, do obrigado pelo voto popular e pela Constituição a conduzir o Estado, tratamos do comandante.

É indubitável e confesso que uma quadrilha tomou conta do nosso Estado em seu pior momento. E, sem dúvidas, isso aconteceu com a direta participação do Estado, e afirmo, do nosso Governador.

Gostaria de dizer que é pela coragem dos meus pares, neste processo de *impeachment*, dentre eles minha esposa e meu pai. Pela honra dos catarinenses, que não admitem a corrupção.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Um minuto para concluir.

DOUTOR LEONARDO BORCHARDT - Em especial, por meus filhos, que merecem que eu lute contra a corrupção, que desta tribuna, neste dia triste, peço pelo fim deste Governo mentiroso, pelo fora a corrupção, pelo fim do Governo de Carlos Moisés. Muito obrigado.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente)-  
Agradecemos ao Doutor Bruno e ao Doutor Leonardo. E agora, tem a palavra, o advogado de defesa, Doutor Marcos Probst, por até 15 minutos.

DOUTOR MARCOS PROBST - Excelentíssimo senhor Presidente desta egrégia Casa Parlamentar, Casa do Povo catarinense, Deputado Júlio Garcia.

Senhoras e senhores Deputados estaduais.

Quis o destino que, novamente, eu viesse à tribuna, Deputado Mauro de Nadal, na defesa do senhor Governador do Estado, o qual eu faço com muita alegria e honra, e acredito que todos os Deputados irão prestar atenção nas palavras que proferirei.

Bom, inicialmente, antes de entrar no mérito da questão do *impeachment*, é importante que a verdade venha à tona. Se usou muito a palavra mentira pelos advogados que me antecederam, e principalmente pelo doutor Leonardo Borchardt, a quem tenho respeito, mas que me acusou de mentir no mandado de segurança ajuizado na última quinta-feira?!

Eu nunca menti a este Parlamento, eu nunca menti ao Poder Judiciário, e assim nunca o farei. O que ocorreu, senhores Deputados, na última quinta-feira, é que o Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina não cumpre os requisitos previstos em lei. Aliás, não cumpre sequer o requisito previsto pela resolução desta Casa.

O Diário Oficial da Assembleia Legislativa não possui assinatura digital, é um mero documento em PDF. E a defesa provou, no mandado de segurança, de que o documento extraído, no meio da tarde, no âmbito do *site* da Assembleia Legislativa, mediante uma auditoria certificada, de que aquele documento foi produzido às cinco horas e quarenta e três minutos da tarde.

Não estou aqui, senhor Presidente, a imputar falsidade à declaração proferida pelo servidor da Casa, que em seguida atesta que o Diário havia sido publicado às duas horas e tantos minutos da tarde. Mas o fato é de que esta Casa Legislativa não cumpre os requisitos de lei para referendar a integridade e autenticidade do seu Diário Oficial.

Se é verdade que o Diário Oficial foi publicado às duas e pouco, também é verdade que aquele documento, que a defesa juntou nos autos do

mandado de segurança, ele foi produzido às cinco horas e quarenta e três minutos da tarde.

Portanto, nobre colega, ninguém mentiu, ninguém enganou, jamais faria isto. Nem perante esta Casa, senhoras e senhores Deputados, e nem perante o Poder Judiciário. E por isso que a Defesa solicitou, senhor Presidente, que cópia dos Autos fossem remetidos ao Ministério Público para apurar a veracidade dos fatos, e eventual prática de ato ilegal, se, porventura, assim o ficar demonstrado.

Portanto, e peço, senhor Presidente, que leve em consideração esse meu tempo, visto que essa situação é importante a ser esclarecida ao Plenário.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - O tempo de vossa excelência é de 15 minutos.

DOUTOR MARCOS PROBST - Obrigado, senhor Presidente.

Passo a análise das questões propriamente inerentes ao processo de *impeachment*.

Mais uma vez, a palavra mentira calha muito bem nesse processo de *impeachment*. Desde o seu protocolo, esse processo de *impeachment* é uma fraude. Visto que, após o seu protocolo, dois cidadãos tiveram que pedir a exclusão do seu nome, pois indevidamente arrolados como autores do processo de *impeachment*. E clamo, mais uma vez, ao advogado que me antecedeu aqui, perante vossas excelências, quem falta com a verdade perante este Parlamento?

Pois bem, senhores Deputados, são dois os temas centrais no presente processo de *impeachment*.

O primeiro emblemático processo de compras no âmbito dos 200 respiradores, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde.

Alega a acusação, Deputado Cobalchini, a quem rendo as minhas homenagens, o que acusa, e vossa excelência participou como integrante da CPI, o que acusam os autores do processo de *impeachment*, que o Governador sabia do pagamento antecipado e autorizou o referido pagamento antecipado. E quais as provas que lastreiam a acusação? *Lives*, onde o

Governador fala da compra de equipamentos, e não só de respiradores, de EPIs e de vários insumos inerentes ao combate à pandemia, e uma declaração do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que teria sido a prova cabal, segundo a acusação, de que o senhor Governador do Estado teria ciência do pagamento antecipado dessa desastrosa compra dos 200 respiradores.

Ocorre, senhoras Deputadas, senhores Deputados, que o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina jamais falou que conversou com o senhor Governador sobre esta compra específica dos 200 respiradores.

Tanto é verdade, de que, a pedido da Deputada Paulinha, encaminhou o esclarecimento do seu depoimento, onde ratifica na íntegra o depoimento prestado a sua excelência, o Chefe do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, Doutor Fernando Comin, e vai além, e esclarece de que em momento algum, no seu depoimento ou na conversa tida com o senhor Governador do Estado, alertou ou conversaram sobre a compra em específico dos 200 respiradores.

Isto inexistente, e diz o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina: "Assim não se especificou esse processo dos respiradores em específico". Não foi abordado em específico, era de maneira genérica.

A conversa deu-se no campo das ideias, de forma genérica, e conclui nas informações prestadas por sua excelência, o Presidente do Tribunal de Contas: "O excelentíssimo senhor Governador manifestou sua concordância quanto aos encaminhamentos, corroborando a excepcionalidade do procedimento e a necessidade de observar as garantias do processo".

Em outras palavras, o que o Presidente do Tribunal de Contas diz? De que na conversa, eles falaram de forma genérica sobre o pagamento antecipado, e o Governador Moisés disse: " Não, de fato, pagamento antecipado é muito excepcional e tem que ter garantias."

E isto redundou na consulta, no dia 02 de abril, ao Tribunal de Contas do Estado, que por

sua vez respondeu, no dia três de abril, esclarecendo exatamente do caráter excepcional do pagamento antecipado e da necessidade de ter garantias.

Uma outra acusação, senhoras e senhores Deputados, trazida a Plenário pela acusação, é de que o Governador mentiu a esta CPI. Nada mais falso do que isto. Nada mais falso do que isto!

Isso já foi dito várias vezes pelo Governador do Estado, mas, ignorado. Fizeram-se ouvidos moucos de tudo que o Governador falou inúmeras vezes, da mesma forma, Deputado Kennedy, sempre da mesma forma, desde o primeiro minuto. O senhor Governador disse: "Eu tomei conhecimento do pagamento antecipado dos 200 respiradores no dia 22 de abril", é isto que consta na declaração prestada, nas informações prestadas pelo Governador do Estado aos integrantes da CPI.

Consta lá, no dia 17 de julho, Deputados, consta lá de que: em reunião realizada na presença do então Secretário da Saúde, do então Secretário da Casa Civil, e do atual Chefe da Casa Militar, o Coronel Márcio, de que ali, o então Secretário Elton vem e diz: "olha nós temos um problema grave e eu quero trazer ao conhecimento do senhor, há um pagamento antecipado de 200 respiradores e nós estamos com entrave na entrega desses equipamentos". E o que fez o senhor Governador do Estado, que é acusado de leniência, acusado de ato omissivo. O que faz o Governador do Estado? Determina que se ligue ao Delegado Geral de Polícia Civil, doutor Paulo Koerich, ao Chefe da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, e pede que imediatamente se instaure investigação.

Isto consta na declaração desde o dia 17 de julho, e o que ocorreu de lá para cá, senhoras e senhores Deputados, todos os documentos trazidos pela operação do Ministério Público vêm corroborando. Tudo o que o Governador fala desde o início e que tem sido negligenciado por parcela deste Parlamento.

E o que constam nesses novos documentos, juntados parcialmente à defesa, uma declaração do chefe da Diretoria Estadual de Investigações

Criminais - Deic, o delegado que assina a declaração, Delegado Luis Felipe Del Solar Fuentes, o que ele diz: "No dia 23 de abril de 2020, em companhia do excelentíssimo senhor Delegado Geral da Polícia Civil, comparecemos à sede da Defesa Civil atendendo solicitação do excelentíssimo senhor Governador do Estado". Eu vou repetir esta parte que é extremamente interessante: atendendo solicitação, Deputada Paulinha, do excelentíssimo senhor Governador do Estado, dia 23 de abril, um dia depois da ciência do Governador. "Onde após breve reunião com o então Secretário de Estado da Saúde recebemos a referência ao processo [SES]37070/2020, a fim de possibilitar que autoridades policiais da Deic pudessem colher informações para verificação preliminar a respeito da empresa Veigamed, sua capacidade financeira e outras que lhe fossem pertinentes." Isto consta dos Autos.

E mais recentemente, infelizmente o Ministro Benedito, do STJ, ainda não autorizou o nosso pedido de trazida desta documentação aos Autos do *impeachment*, mas há nos relatórios do Gaeco, Deputado Marcos Vieira, a transcrição exatamente do relato do Governador, porque o delegado, quando periciado o celular do então Secretário da Saúde, Elton, o que se encontra no celular dele? Uma mensagem do dia 22, à noite, final da tarde, do Delegado Chefe da Polícia Civil, Doutor Paulo Koerich, solicitando contato com Elton a pedido do coronel Márcio, que por sua vez fora por solicitação do Governador Moisés, e no transcorrer da conversa mostra, muito claramente, de que ele solicita que o Secretário da Saúde, a pedido do Governador, encaminhe a documentação desta compra dos respiradores para investigação da Polícia Civil.

Portanto, fora o Governador a primeira autoridade que determinou investigação. Ministério Público veio depois do dia 28, após a matéria do Intercept Brasil, e quando veio a matéria do Intercept Brasil, o material já estava em posse da Polícia Civil, já havia investigação. É evidente que a matéria do Intercept Brasil vai além, ela

joga mais luz e traz mais problemas em torno da contratação, que resta esclarecidos, ou parcialmente esclarecidos ao longo da investigação.

O segundo apontamento, a segunda grande acusação aqui presente, diz respeito ao hospital de campanha, e eu farei de forma muito rápida, porque de fato não há necessidade de maiores circunstanciamentos aqui.

Bom, o que acusam os denunciantes em relação ao hospital de campanha? Que o Governador do Estado, e para não faltar com a verdade, visto já dito aqui da tribuna, não diz respeito a minha personalidade, abrirei a peça acusatória.

E veja o que consta da peça acusatória: "Em menos de um ano e meio havia a administração lançado edital, analisado as propostas, concluído pela retidão do processo e assinado a contratação. De fato, um recorde de celeridade, contando com a anuência do próprio Governador do Estado, que exarou o seu 'de acordo'". Advogado e professor de direito administrativo. O que diz acusação? Que o Governador assinou a dispensa de licitação.

O açodamento é tamanho para a retirada do Governo, do Governador Moisés, das suas funções legitimamente exercidas através de eleições em Santa Catarina, que a acusação não se dá ao trabalho de analisar que o Governador Moisés não assina o documento.

E volto a chamar a atenção, de novo, ao meu ilustre colega que me antecedeu na tribuna, quem falta com a verdade perante vossas excelências, a defesa? Ou a acusação? Que propala uma acusação falseando as próprias provas juntadas aos Autos. E que nós corroboramos através dos documentos juntados, que inclusive o Governador, quando transita este documento, aí ele diz: "Olha, eu recuso, porque isto não é da minha alçada", e volta o documento. As provas estão nos Autos. Aliás, a contratação dos 200 respiradores também não transitou pelo gabinete do Governador do Estado.

Portanto, excelências, eu precisaria de muito mais do que 15 minutos para poder rebater ponto a

ponto as questões aqui presentes. Aliás, senhor Presidente, há uma questão de ordem pendente de deliberação nesta Casa, nós solicitamos a retirada de documentos do processo, visto a existência de um *habeas corpus* deferindo liminar, proibindo a utilização desses documentos, e isto me impossibilita, inclusive, senhoras e senhores Deputados, de avançar no aprofundamento do conjunto probatório, porque eu estaria descumprindo a ordem judicial do Ministro Gilmar Mendes.

Mas, enfim, é o que nos resta para a tarde de hoje, analisar esta matéria, analisar esse conjunto probatório mínimo para referendar que modo algum o Governador praticou ato ilegal, seja comissivo ou omissivo, de modo algum falseou perante os integrantes da CPI, de modo algum.

E eu rogo que vossas excelências se valham do mesmo princípio, que semanas atrás se valeram nesse Plenário, para fazer valer, e eu lhe peço, senhor Presidente, 30 segundos adicionais além do tempo só para encerrar minha fala.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Vossa Excelência, igualmente aos advogados de acusação, tem um minuto para concluir.

DOUTOR MARCOS PROBST - Obrigado, senhor Presidente.

E eu rogo que vossas excelências se valham dos mesmos princípios, que muitos que usaram da palavra, semanas atrás, aqui nessa Corte, rogando por princípio da ampla defesa, rogando pela impossibilidade de nós pré-julgarmos as autoridades públicas, acreditando no Poder Judiciário, visto que as matérias, aqui, estão ainda em investigação, não há conclusão final por parte dos órgãos investigativos, ou seja, que não haja um açodamento, por parte deste Plenário, no sentido de referendar tamanha acusação.

E nos últimos 15 segundos que me restam, eu lembrei, Deputada Paulinha, de uma passagem do Evangelista Mateus, no capítulo 27, versículo 22 a 23, onde Pôncio Pilatos não vê culpa no Cristo, mas mesmo assim gritam: crucifica-o.

(Palmas)

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - A Presidência, com todo o respeito que nos merece os advogados de acusação e o advogado de defesa, entre ambos, fica com a decisão do Magistrado, proferida na quinta-feira, dia 15-10-2020.

Diz o Desembargador Monteiro Rocha: "Assim reconsidero a decisão do evento 6(seis), cassando a liminar deferida e autorizando o prosseguimento da sessão extraordinária para discutir e votar o parecer da Comissão Especial do Processo de Impeachment de nº 6919/2020, neste dia 15-10-2020".

Portanto, o Magistrado atesta que a Assembleia Legislativa estava correta, e que a publicação ocorreu às 14h37. Ainda assim, a Presidência, por zelo e por transparência, determina à Procuradoria que solicite ao Ministério Público que também investigue esse procedimento da Casa, pois nós não temos compromisso nem com a pressa e muito menos com o erro.

Dando sequência à sessão, iniciamos a discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 0011.6/2020.

Consulto o líder do MDB, quem fará uso da palavra inicialmente, Deputado Luís Fernando Vampiro.

DEPUTADO LUIS FERNANDO VAMPIRO - Senhor Presidente, eu outorgo a palavra ao Deputado Cobalchini e a Deputada Ada.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente)- Com a palavra, o Deputado Cobalchini.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Senhor presidente, peço a Deputada Ada que inicie, e eu falo em seguida.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Tem a palavra, então, a Deputada Ada De Luca, e depois o Deputado Valdir Cobalchini, que foi o Relator da matéria.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Boa tarde a todos! Boa tarde, senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados catarinenses, e catarinenses que nos assistem pelos canais digitais da Assembleia Legislativa.

Confesso que, ao longo de tantos anos de atuação na vida pública, esta não é a primeira vez que me encontro diante de uma decisão importante e que precisa literalmente ser tomada.

Mas, deliberar sobre um pedido de *impeachment* é algo que exige extrema responsabilidade. E foi com esse sentimento de responsabilidade que nós trabalhamos na Comissão Especial que analisou a matéria que está em discussão no presente momento.

[Transcrição: Guilherme]

Por força regimental, coube a essa Deputada fazer a instalação da Comissão, brilhantemente presidida pelo Deputado Fabiano da Luz. Também é importante registrar o belíssimo trabalho realizado pelo eminente Relator do processo, companheiro Deputado Valdir Cobalchini, que contou com a Relatora-adjunta, Deputada Ana Caroline. Entendo, também, que meus companheiros e demais Pares que compuseram conosco essa Comissão também estão de parabéns.

Pois bem, diante dessa responsabilidade, nosso trabalho na Comissão procurou analisar as informações necessárias, bem como oferecer todos os subsídios aos eminentes deputados estaduais desta Casa Legislativa.

De forma muito resumida, passo agora a fazer uma exposição de motivos que justificam o meu voto. Estamos aqui a examinar a licitação para a compra de 200 respiradores pulmonares importados, sem a devida garantia necessária e sem o cumprimento dos trâmites legais. O próprio desfecho dessa compra é público e notório: foram pagos antecipadamente R\$ 33 milhões. Apenas parte dos dispositivos comprados foram entregues, mas com atraso.

Por isso, não bastasse isso, os equipamentos não se adequavam à necessidade de atendimento aos pacientes acometidos pelo coronavírus. Por fim, menos da metade do dinheiro investido antecipadamente pelo Estado de Santa Catarina foi ressarcido aos cofres públicos. Além desse caso, a Comissão Especial também analisou o processo licitatório para a construção do hospital de campanha em Itajaí.

Diante da análise dos volumes que constam nos Autos, concluo que existe amplo lastro probatório, provas essas que dão respaldo quanto à materialidade dos fatos e dos indícios de autoria aqui investigados. As condutas comissivas e omissivas dos denunciados foram devidamente tipificadas. Para que o cidadão, que nos acompanha, possa entender: quando se fala em conduta comissiva, significa que houve intenção de cometer irregularidades. Quando se fala em conduta omissiva, significa que foram tomadas atitudes que evitassem as irregularidades.

Portanto, repito aquilo que disse na votação do primeiro pedido de *impeachment*: Hoje é mais um dia muito triste para Santa Catarina. E, também, triste porque até a noite de ontem tínhamos 2.967 pessoas que haviam morrido do coronavírus, em Santa Catarina, 2.967 pessoas. Triste, também, porque mais de 235 mil pessoas contraíram o coronavírus. Triste porque, neste momento, mais de 10 mil pessoas estão com o coronavírus, no Estado e, considerando que a taxa de letalidade atual em Santa Catarina é de 1,32%, estatisticamente, a cada 100 pessoas com coronavírus, uma pode vir a óbito. Façam as contas e vejam o tamanho da tragédia que ainda, talvez, esteja por vir. Essa pandemia ainda não acabou.

Por fim, diante de tudo isso, é sim um dia triste, porque há flagrantes falhas cometidas pelo Poder Executivo do Estado de Santa Catarina. Não só falhas de gestão, falhas envolvendo supostos atos ilícitos que estão sendo apurados, tanto aqui na esfera do Poder Legislativo, quanto na esfera do Poder Judiciário.

A crise institucional instalada em Santa Catarina impossibilita que os catarinenses tenham acesso às políticas públicas de Saúde que lhes garantem o que é mais precioso: a vida. Cabe a nós, eminentes colegas Parlamentares, diante desse cenário, cuidarmos da saúde do nosso povo catarinense, naquilo que nos cabe, que é: velar pela fiscalização, pela transparência e pelo uso correto e racional do dinheiro público. Esse é o nosso trabalho, e essa Deputada não vai se furtar

de cumprir o seu papel. Muito obrigada. Passo ao companheiro Cobalchini.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Obrigado, Deputada Ada. Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, público presente.

"Combati o bom combate. Concluí a caminhada, guardei a fé." Parte da carta escrita pelo Apóstolo Paulo, ao seu discípulo Timóteo, no capítulo 4, versículo 7 e 8. Com as mesmas palavras da carta do Apóstolo Paulo, com que encerrei a introdução do meu voto pelo prosseguimento das investigações do senhor Governador Carlos Moisés, inicio minha manifestação na tarde de hoje.

Combati o bom combate, porque a busca pela justiça e pela verdade é um combate que vale a pena ser enfrentado. Acabei a missão que me foi dada, guardei a fé no estado democrático de direito, no processo justo, na imparcialidade e no trabalho eminentemente técnico do julgador. É, afinal, nisso em que consiste a famosa imagem da justiça cega, num julgamento em que não se olhe raça, gênero ou posição social de quem é acusado. Num julgamento em que o juiz se mantém preso aos Autos, e não permita que nada e nem ninguém, alheio aos Autos, possa influenciá-lo.

Foi uma tarefa árdua e, sejamos francos, não foi uma tarefa prazerosa. Porque não se pode extrair prazer algum de um momento em que o principal líder do nosso Estado está em suspeição. Quando um *impeachment*, a mais traumática das soluções de crises em um regime democrático bate às portas. Por outro lado, dadas as circunstâncias, era uma tarefa que tinha de ser feita, era uma missão que tinha de ser cumprida. No dizer do Direito Romano "*dura lex, sed lex*", a lei é dura, mas é a lei. A lei, e a lei vale para todos, brancos, negros ou mestiços, homens ou mulheres, ricos ou pobres, poderosos ou cidadãos humildes, todos nós estamos submetidos ao império da lei. É ela, a lei, que mantém as sociedades coesas, que evitam que acabemos caindo na barbárie.

O eminente jurista francês Michel de Montaigne, um verdadeiro visionário do seu tempo, dizia que a observância das leis era algo relativamente simples: "eis a lei das leis. Observe cada um a lei do lugar em que vive!" É preciso registrar, não é o que concluimos, em nosso relatório, com relação ao comportamento do senhor Governador do Estado em todo este processo de tentativa de construção do hospital de campanha, caríssimo, por sinal, ou na compra desastrosa de respiradores inúteis, superfaturados e que nunca chegaram a Santa Catarina.

Gostaria de relatar um pouco de como conduzimos os trabalhos, tendo estes princípios por norte absoluto, até mesmo para restabelecer a verdade, sempre a primeira vítima quando as guerras começam.

Quando aceitei a missão de participar desta comissão de *impeachment* e assumi o fardo de relatar este processo, decidi que seguiria religiosamente todos os trâmites necessários do devido processo legal. Pode até ter parecido excesso de preciosismo, já que sabemos, este é um tribunal político, além de jurídico, mas prefiro ter pecado pelo excesso de zelo com a justiça, do que por leviandade e açodamento.

Um dos momentos em que este zelo se manifestou, foi a decisão de não utilizar nenhum material da operação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal referente aos respiradores, e me ative, única e exclusivamente, aos Autos da acusação, que se referiam tanto às Operações Oxigênio I e II, quanto à Comissão Parlamentar de Inquérito, da qual fui vice-Presidente, que investigou esta compra, além do hospital de campanha. Tudo dentro dos Autos, nenhuma vírgula fora deles.

E foi nos Autos, cotejando a denúncia com as defesas, que decidimos pela exclusão da senhora Vice-Governadora, Daniela Reinehr, do processo de *impeachment*. A peça da defesa da senhora Vice-Governadora fulminou de morte os argumentos utilizados na denúncia, respondendo ponto por ponto, sem qualquer margem de dúvida. Ao invés da

omissão ou da conivência, como pretendeu a acusação, a Vice-Governadora, através de 14 ofícios, todos no seu tempo, alertou, denunciou, pediu providências, sugeriu exonerações de envolvidos, dentre outros pedidos. Tais documentos foram encaminhados ao Governador Carlos Moisés, ao Ministério Público, à Procuradoria Geral do Estado, à Controladoria Geral do Estado, à Ordem dos Advogados do Brasil-Secção Santa Catarina e a esta Casa. Mantê-la neste processo seria um ato de injustiça. Já no caso do senhor Governador Carlos Moisés, a situação é oposta. É preciso que sejamos claros, desde a primeira Operação Oxigênio, os indícios do envolvimento do Governador com a desastrosa compra dos respiradores e com a tentativa ilógica, e sem nenhuma necessidade, de construir um hospital de campanha a um custo altíssimo de R\$ 76 milhões.

Na CPI dos Respiradores, da qual fui vice-Presidente, concluímos por indícios fortes do conhecimento do Governador Carlos Moisés de todo o processo de compra dos respiradores fantasmas comprados por R\$ 33 milhões, cujo pagamento foi antecipado sem nenhuma garantia, sendo, inclusive, uma das conclusões do relatório aprovado por unanimidade pelos membros daquela CPI, a de que caberia um processo de *impeachment* contra o Governador.

No setor privado, senhoras e senhores Deputados, tudo o que não é expressamente proibido, é permitido. Já no setor público, ao contrário, tudo aquilo que não está expressamente permitido pela legislação, é proibido. Princípio basilar do Direito Administrativo brasileiro. O Direito Penal utiliza constantemente o conceito de agravantes ou atenuantes para a definição da dosimetria das penas. Pois, se pensarmos politicamente, o caso de Carlos Moisés da Silva merecia um agravante sério. Não se trata de alguém alheio ao serviço público, muito pelo contrário, é um coronel, reformado, com formação em Direito e professor de Direito Constitucional. Nem mesmo a atenuante do desconhecimento pode se aplicar aqui.

De outro lado, é importante frisarmos que no dia de hoje não estaremos julgando o Governador, esta é uma tarefa, caso este Plenário assim decida, para o Tribunal Especial, a ser composto na sequência. O que somos chamados a decidir, nesta tarde, é se há indícios suficientes para o prosseguimento das investigações. A meu juízo, na condição de Relator, com a concordância da Relatora-adjunta, Deputada Ana Campagnolo, que comigo construiu este relatório, aprovado por unanimidade, os indícios são abundantes. Foram indícios levantados pelo Ministério Público, Gaeco, IGP, Tribunal de Contas do Estado, Polícia Militar e Polícia Civil, inclusive, declinando a competência ao STJ, exatamente pelos fortes indícios encontrados. Esses indícios também foram reforçados na CPI dos Respiradores e na contratação do hospital de campanha. Se aprovado este relatório, o Tribunal Especial terá duríssima tarefa de julgar se tais indícios são suficientes para que o senhor Governador seja afastado, com posterior impedimento do exercício de suas funções públicas. Mas o mínimo que podemos fazer é dar sequência a esse processo para que, afinal, a verdade seja conhecida por completo.

Quero encerrar, agradecendo. Agradecer a Relatora-adjunta, Deputada Ana Campagnolo, pela cooperação na construção do relatório que apresentamos; ao Presidente desta Comissão, Deputado Fabiano da Luz; a Vice-Presidente, Deputada Ada De Luca; aos membros, Deputada Paulinha, Deputado Nazareno Martins, Deputado Marcius Machado, Deputado Kennedy Nunes e Deputado Sérgio Motta. Agradecer a equipe técnica desta Casa que, mesmo diante do cenário caótico que se estabeleceu em nosso Estado, tem tido um trabalho primoroso. Agradecer a este Parlamento do povo catarinense, formado por homens e mulheres comprometidos com o bem comum, e legítimos representantes que de melhor esse Estado tem. Agradecer a compreensão da imensa maioria da nossa população.

Que Deus nos guie para que o processo tenha feito justiça e que possamos reencontrar o caminho

do equilíbrio, da serenidade e do respeito como cidadão catarinense. Vamos virar esta página, nosso foco deve ser, com absoluta segurança, cuidar das pessoas e do restabelecimento do desenvolvimento econômico do nosso Estado.

Por fim, lembrando Rui Barbosa: "eu não troco a justiça pela soberba. Eu não deixo o direito pela força. Eu não esqueço a fraternidade pela tolerância. Eu não substituo a fé pela superstição, e a realidade pelo ídolo." Muito obrigado.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Antes de passar a palavra ao PSL, a Presidência saúda, em nome do Secretário Natalino Uggioni, todos os Secretários de Estado aqui presentes, os dirigentes de empresas públicas, e todos os servidores do Estado de Santa Catarina que comparecem à Assembleia Legislativa nesta tarde.

O próximo horário é destinado ao PSL, tem o comando do horário o líder, Deputado Sargento Lima.

DEPUTADO SARGENTO LIMA - Muito boa tarde, senhor Presidente, muito boa tarde a todos. Passo a palavra ao Deputado Coronel Mocellin, vossa excelência está com a palavra.

DEPUTADO CORONEL MOCELLIN - Obrigado, meu líder. Quero cumprimentar o nosso Presidente, os nobres Colegas e público que nos assiste.

Primeiramente quero deixar bem claro que não pactuo e jamais pactuei com qualquer ato ilegal, principalmente quando se trata de recursos públicos. Muito pelo contrário, nos meus quase 38 anos de vida pública, sempre prezei pelo bom uso desses recursos, pois cada centavo arrecadado através dos impostos deve ser bem aplicado em forma de retorno de serviço à sociedade. Isso é o ensinamento que também já trago de casa. Mas também não é da minha índole acusar alguém de um crime que não tenha cometido. É muito grave se fazer uma acusação sem ter a certeza de quem é o culpado.

Não há dúvidas que houve um dano ao erário público e, com isso, não podemos pactuar, sendo que os culpados precisam ser punidos, mas é

necessário que os verdadeiramente culpados sejam punidos. Falo isso porque, até agora, não existe nenhuma prova. Nenhuma prova de que o Governador tenha participado do processo de compra dos inspiradores, ou tenha sido conivente com qualquer irregularidade desse processo. Se fosse apresentada uma única prova, e não ilações, da participação do Governador, seria eu o primeiro a votar a favor do *impeachment*, mas até agora não há nenhuma acusação formal do Ministério Público Estadual ou do Ministério Público Federal, que são órgãos confiáveis e responsáveis pelas investigações. Não há nenhuma prova da participação do Governador, apenas investigações sobre os fatos como um todo.

Aliás, nossa lei maior, a Constituição Federal, a dita Constituição Cidadã, é clara no seu Art. 5º, Inciso 57: "que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória." Da mesma forma, a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU consagrou, em 1948, em seu art. 11, o princípio da presunção da inocência, declarando que: "Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não prove sua culpabilidade, de acordo com a lei e em seu processo público, no qual se assegurem todas as garantias necessárias para sua defesa." Fica a pergunta: O Governador Moisés não se enquadra nisso? Com ele é diferente? Não gostar do Governador não é suficiente para acusá-lo de um crime, e o que é pior, condená-lo sem culpa formada.

Concordo que ele cometeu falhas em seu relacionamento político, principalmente por falta de experiência nesse particular, mas até agora não temos nenhuma prova de que ele tenha cometido algum ato ilícito. Pelo contrário, na administração do Estado, ele está fazendo uma ótima gestão. Em 2020, Santa Catarina ficou em primeiro lugar como o Estado mais eficiente do País, com nota máxima de 100 pontos. Este Governo enxugou a máquina pública com mais de dois mil cargos comissionados, com a revisão dos contratos

a economia chega próximo a meio bilhão de reais por ano. Apenas na revisão dos contratos da Secretaria de Administração Prisional, por exemplo, foi gerada uma economia de mais de R\$ 100 milhões por ano. A arrecadação do estado também está surpreendendo, em 2019 bateu o recorde de arrecadação, e este ano, apesar da pandemia, com a arrecadação do mês de outubro, já devemos ter a mesma arrecadação de até outubro do ano passado, zerando as perdas que tivemos entre os meses de abril e agosto.

Cabe lembrar aqui dos princípios democráticos da República, que prevê que o governante deve estar legitimado por eleições populares, e que deve existir a temporariedade dos mandatos. Em nossa Carta Magna, temos vários princípios, sendo cabível destacar aqui o princípio da independência dos Poderes, que está na paralela com a necessidade da harmonia entre os Poderes. Bem como o pluralismo político. Pensar diferente faz parte da democracia. Temos, então, que respeitar tudo isso e conviver com as diferenças, pois assim atingiremos a população que merece respeito. [Transcrição: Northon]

Voltando ao caso dos respiradores, a alegação de que ele tenha prevaricado por não ter tomado providências também não procede. Basta verificar o relatório do Gaeco, encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça há alguns dias. Esse relatório comprova que o Governador mandou tomar providências no dia 22 de abril, determinando o encaminhamento de todo o material à Polícia Civil, através do seu Chefe de Gabinete e do então Secretário de Saúde, Helton Zeferino. Ou seja, seis dias antes de vir a público, através daquela denúncia do *site Intercept Brasil*, já tinha sido comprovado. Isso está comprovado através da análise de troca de mensagem pelo *Whatsapp* do delegado geral da Polícia Civil, doutor Paulo Koerich, e do ex-Secretário da Saúde, onde este envia o processo de compra dos respiradores e fala o seguinte: "Tem todas as informações que vocês precisam. Podes passar para a tua equipe, eles podem colher o que precisarem desse processo".

Também a declaração do delegado geral da Deic comprova isso. Eu sei que o doutor Marcos, advogado da defesa, já leu, mas eu vou repetir. Ele diz seguinte: "na data do dia 23 de abril de 2020, em companhia do senhor delegado geral da Polícia Civil, comparecemos à sede da Defesa Civil, atendendo solicitação do excelentíssimo senhor Governador do Estado, onde após breve reunião com então Secretário da Saúde do Estado, recebemos a referência ao Processo SES nº 37070/2020, a fim de possibilitar que autoridades policiais da Diretoria Estadual de Investigação Criminal - Deic pudessem colher informações para verificações preliminares a respeito da empresa Veigamed, sua capacidade financeira e outras que fossem pertinentes". Então, nesta data de 23 de abril, já houve a preocupação sobre o pagamento adiantado, a demora na entrega e o possível golpe. Aqui fica comprovado o início das providências pertinentes, que foi alegado não existir. Isso tudo que estou falando, está no processo do *impeachment*.

Para finalizar, repito que não coaduno, como nenhum dos senhores e das senhoras, por certo coadunam, com qualquer ato ilícito na administração pública, mas precisamos ser justos. Aqui, é interessante destacar que Santa Catarina possui mais de 80 mil servidores públicos no serviço ativo, ou seja, atuando nas diversas funções, sendo que na estrutura do Governo do Estado existem mais de 50 órgãos, sejam secretarias, fundações, autarquias, que fazem processo licitatório. Logo, é impróprio querer imputar a falha ou a má fé de um desses locais, ou um desses servidores, ao mandatário maior, o Governador do Estado. Até porque cada órgão possui gestão administrativa e financeira própria. Pior ainda é imputar-lhe crime sem denúncia ou culpa formada. É quase como querer dizer que uma mãe é culpada porque um filho maior de idade, numa faculdade, colou em uma prova. É mais ou menos isso.

Por isso, volto a falar, se existir qualquer prova da participação do Governador nesse processo

fraudulento de compras dos respiradores, seria justo todo esse processo para o *impeachment*. Porém, antes disso, é injusto e não deve prosperar para o bem da verdade e da justiça. Que todos tenhamos juízo para não cometermos injustiça, com este julgamento antecipado, que poderá ocasionar danos irreparáveis, caso, ao final, o Governador for, pela Justiça, inocentado.

Concluo, afirmando que a acusação é não tomar providências sobre os fatos, mas se já ficou comprovado que em 23 de abril o Governador fez o encaminhamento para a Polícia, entendo que a acusação formal está descaracterizada. Era essa a minha manifestação, Presidente.

(Palmas)

DEPUTADO SARGENTO LIMA - Deputado Jessé Lopes, vossa excelência está com a palavra.

DEPUTADO JESSÉ LOPES - Boa tarde, Presidente. Boa tarde, caros Colegas, líder, cargos comissionados. Boa tarde a todos.

Eu queria, primeiramente, parabenizar a Vice-Governadora, que em todas as ocasiões esteve aqui, mesmo em situações onde ela estava desconfortável, mas ela estava aqui, olhando para nós e nos ouvindo. Nessa altura do campeonato, no último *impeachment*, o Governador foi flagrado lá no Palácio, tomando um champanhezinho com o dinheiro público. Rindo, praticamente, da nossa cara.

Então, parabéns para a Vice-Governadora. Eu fui o primeiro a me manifestar, que nesse caso não tinha como deixá-la arrolar nesse processo. Logo que esse processo entrou aqui, eu fui o primeiro a manifestar que não teria como enquadrá-la nesse processo.

Deputado Mocellin, respeito muito o senhor, mas hoje nós não estamos aqui condenando ninguém, nós estamos aqui votando pela admissibilidade. Eu não tenho coragem de dizer que ele não tem culpa, por isso nós precisamos jogar isso para frente, e nós precisamos dar a oportunidade das investigações continuarem. Afinal de contas, são R\$33 milhões, não são R\$10. Que fosse R\$10, mas são R\$33 milhões praticamente jogados no lixo.

Então, nesse momento, a gente precisa manter a calma para não ficar eufórico, porque se ficarmos sem respirar, nós estamos sem respiradores no momento.

E nessa pandemia, o Governador conseguiu fazer da vida de muitos empreendedores um inferno. Tomou medidas autoritárias, inconsequentes, totalmente contrário àquilo que o Presidente da República sugeriu fazer, e hoje se mostra estar certo, e levando as incoerências, as demagogias, que vários setores, hoje, ainda estão sentindo na pele, como o pessoal dos eventos. E levando mais de 500 mil pessoas ao desemprego em Santa Catarina. Eu nem vou falar, aqui, da questão de que ele descumpriu o próprio decreto participando de festa junina, nem vou falar das dispensas de licitações milionárias, Deputado Kennedy, do Porto de São Francisco, nessa pandemia. Das máscaras superfaturadas, que eu denunciei aqui. Do kit merenda, com uma logística absurda, que eu também estou denunciando no Ministério Público. Dificultando os repasses de verba emergencial para os hospitais filantrópicos, que eu também denunciei aqui. Nem vou falar disso, nós vamos falar dos respiradores.

Eu vou relembrar um fato que está nas redes sociais, está lá no Google, você vai procurar. O advogado dele falou, aqui, que o Governador sabia desde o dia 20, ficou sabendo dia 20. O Deputado Mocellin falou que no dia 23 ele enviou para o Deic, mas eu tenho uma reportagem aqui do dia 13, que diz: "Para garantir a reabertura do Comércio, o Governo de SC pagou até 65% a mais por respiradores". Isso no SC-Portais de Notícias. "Custo médio dos equipamentos, durante crise, passou de R\$70 mil para R\$100 mil. Governo catarinense pagou R\$165 mil por 200 equipamentos, ..." Achou que R\$100 mil era muito baratinho, ele queria pagar mais caro, pagou R\$165 mil por 200 equipamentos. "...enquanto o Governo Federal adquiriu 4,5 mil por R\$57 mil." Está aqui, do dia 13. A mídia sabe, o Governador não sabia! É isso que ele está nos dizendo aqui.

Continuando a matéria, outra medida que permitiu, olhem isso, Deputados. "Outra medida que permitiu as flexibilizações do comércio", ou seja, ele já estava flexibilizando o comércio de acordo com as medidas que ele já tinha tomado em comprar os respiradores, "é a questão do anúncio da construção do hospital de campanha de Itajaí", que custaram R\$76,9 milhões com 100 leitos de UTI para seis meses de uso. Isso aqui era determinante, naquele momento, para a reabertura de comércio. Ele já estava flexibilizando por causa do anúncio da compra de respiradores e do hospital de campanha. Ele já estava flexibilizando porque já estavam vindo essas medidas que não vieram.

Em coletiva de imprensa, nesta segunda, Moisés disse que quem fez a comparação entre as duas estruturas, porque nós estávamos aqui dizendo que a de Goiás era muito mais barata, nós debatemos isso aqui, a mídia falou também, que quem está criticando é porque não sabe o que está falando. Nós não sabíamos o que estávamos falando, esse é o Governador Moisés, falando aqui. E aí, alguns dias depois: "Justiça de SC suspende licitação de hospital de campanha contra coronavírus em Itajaí". Isso que nós não sabíamos o que estávamos falando.

Então, dizer que não sabia de nada? Eu acho que este era o momento de ele mostrar para que veio, tinha autonomia, era a compra mais importante do Governo dele, não era uma compra qualquer, era o que determinava que as pessoas poderiam voltar às suas vidas normais. Era obrigação dele estar em cima, envolvido com esse tipo de compra, e eu duvido que não estava. Eu duvido, porque nunca ninguém sabe de nada, é impressionante. Se eleger, assume a responsabilidade, e na hora de assumir uma responsabilidade de fato: não sei, não sei de nada, não estou sabendo.

Mas que Governador, então, para que governador? Se nunca sabe de nada! O Lula também não sabia de nada. E outra coisa, as coisas acontecendo, as denúncias chegando, todo mundo falando, nacionalmente sendo criticado, e os

secretários nadando de braçada dentro do Governo, e o Moisés passando a mão na cabeça.

E os catarinenses queriam uma resposta e ela não vinha. Só vinha da Justiça. Cadê o Governador para bater o pau na mesa e mandar, ir embora, resolver os problemas na casa dele! Esperou os Secretários pedirem para sair. Nenhum dos três, supostamente envolvidos, foram demitidos, como uma amostra de quem estava, pelo menos, preocupado com o que estava acontecendo. Era uma resposta que ele poderia dar para o cidadão: que eu não tenho nada a ver com isso, e que quem pode ter alguma coisa com isso está na rua. Mas não teve culhão. Não tem pulso firme.

Então, é lamentável estarmos passando por isso. Lamentável! Eu acreditei nesse Governo, eu fiz campanha para esse Governador. E do jeito que a gente colocou, a gente tira.

Obrigado presidente.

DEPUTADO SARGENTO LIMA - Senhor Presidente, senhores Secretários, senhores Deputados, senhoras Deputadas.

Eu ouvi diligentemente toda a explanação da defesa do Governador. E como é bom, não é? Nós darmos ouvidos àquele que confia e defende a ampla defesa e o contraditório. A voz dele, muitas vezes, ficou embargada, e eu acredito que ele tenha plena fé naquilo que ele estava dizendo. Pude ver a manifestação de cada um dos servidores que nos acompanham aqui, e tenho certeza que lá no fundo do coração de cada um de vocês também existe essa certeza, não é? De que aquilo que pode ser votado aqui, na tarde de hoje, venha a ser uma injustiça.

Mas, é preciso que a gente coloque as coisas em pé de igualdade. Para que a gente coloque as coisas em pé de igualdade, senhores, era necessário que ao centro, hoje, aqui do plenário, se colocasse o caixão de uma única vítima, que morreu por uma asfixia patológica, por falta de um único respirador, aí sim estaria em pé de igualdade. Também, que se colocasse volta dele os familiares, para que, também, se colocasse em pé de igualdade todos os representantes daqueles que

se sentiram, de alguma forma, prejudicados por essa ação.

Cada um dos catarinenses que pagam seus impostos e viram se esvair R\$33 milhões. Cada um. Acredito eu que, quando o defensor utilizou o termo que foi uma emblemática compra, ele quis se referir a uma trágica compra, uma compra que não se sucedeu, ela não se concluiu. Aqueles que nós representamos, e que nos assistem em casa hoje, eles não estão nem um pouco preocupados com os detalhes jurídicos daquilo que aconteceu, eles têm uma única preocupação, que é o retorno desses R\$33 milhões e alguma coisa, retornem na íntegra para dentro dos cofres. De verdade, eles não estão preocupados com cada um dos senhores, que são sempre muito bem vindos nessa Casa, tenho certeza que hoje deve ser, inclusive, ponto facultativo para poderem estar aqui.

Enfim, hoje fui abordado, foi me comunicado que me seria entregue uma narrativa do histórico da defesa, entregue pela defesa do Governador. Quando eu vi aquela pasta na minha frente, eu pensei que se tratava, Deputado Marcos Vieira, de uma resposta de um pedido nosso, da validação de cada um dos incentivos fiscais que nós tanto lutamos aqui e até hoje não foram validados. Eu pensei que era essa resposta, e vários setores da economia catarinense esperavam por essa resposta. E até hoje não houve tempo.

Acredito eu que não houve tempo, porque nesses últimos meses não se faz outra coisa, a não ser se defender de uma situação que não fomos nós que criamos. Nenhum de nós! E se não fomos nós que criamos, muito menos aqueles que estão em casa criaram essa situação. Quem se colocou nessa situação foi o próprio Governador. Como bem disse Deputado José Lopes, não estamos aqui condenando ninguém, em absoluto isso, não é nosso papel fazer isso. Mas, é nosso papel não encobertar a mentira, lutar pela verdade.

Como disse, os senhores serão sempre bem vindos aqui, cada um dos servidores. Eu sei que o resultado das minhas palavras, elas têm um efeito contrário em alguns grupos, pouco me importo com

isso, porque como diz o meu Presidente, o qual eu lutei pra ele estar lá, quando ninguém acreditava, poucos de nós, aqui, lutamos para que esse Presidente estivesse lá. Sei disso, porque na noite do dia 08 de outubro, eu passei a arte para mudarem, muitas capas, do que era Merísio, passou a ser Governador Carlos Moisés. Foi naquela noite, quem fez a arte foi a minha equipe, e não foi nenhuma outra. Pessoas que estavam aqui, me pediram ela, naquela noite. Foi trocado. Desculpem. O candidato era, então, o ex-Deputado Mauro Mariani. A capa estava Mauro Mariani, e quem fez a arte para mudança de Carlos Moisés, na noite em que foi votado o primeiro turno, quem fez a arte foi a minha equipe ainda. Então, eu tenho o direito de falar.

Cada um dos membros da minha bancada tem o direito de falar. E cada um desses demais Deputados que estão aqui dentro, que também votaram Bolsonaro e levaram de arrasto o nome do Governador, têm o direito de falar. E mesmo que não tivessem votado, teriam o direito de falar. E se alguém cerceasse esse direito deles, eu seria o primeiro a me levantar aqui e dizer que não.

Estou divergindo do assunto, sei bem disso. Mas essas retaliações que estão acontecendo nas redes sociais de muitos de nós Deputados, como se estivesse defendendo uma entidade, um ser acima do bem e do mal, acima da Justiça. Isso não vai acontecer, na 19ª Legislatura, não. Que, por mais dois anos, eu ainda sou funcionário de cada um de vocês, e se vocês tiverem um problema, podem vir aqui que os Deputados de Santa Catarina vão resolvê-lo. Como nós resolvemos todos os outros até agora. Todos. E vamos resolver problemas muito mais importantes, ainda, ano que vem. Se for da vontade de Deus, e nós estivermos aqui.

Senhor Presidente, sem mais, quero agradecer a todos os membros da minha Bancada. Deputada Ana Campagnolo, mais uma vez pergunto se a senhora quer fazer uso da palavra.

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO - Deputado Lima, obrigada. Eu quero apenas agradecer o excelente trabalho que fiz ao lado do Deputado Valdir

Cobalchini. Já fui muito bem representada, eu tive que me ausentar rapidamente para uma consulta pré-natal e ouvi ao mesmo tempo os argumentos do deputado Jessé, os seus, e já me sinto representada por eles. Obrigada.

DEPUTADO SARGENTO LIMA - Muito obrigado. O PSL encerra, senhor presidente.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - O próximo partido é o PSD. Tem a palavra o líder, deputado Kennedy Nunes, para conduzir o horário.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Senhor Presidente, nós vamos fazer só uma pequena fala, e o Deputado Ismael também vai. O Deputado Milton Hobus está *online*, ele está com Covid-19, e a Deputada Marlene também está aqui ao nosso lado.

Eu não poderia ficar calado diante desse fato, depois de ter recebido, do nosso bloco, a missão de fazer a substituição do eminente Deputado Marcos Vieira, que era membro da CPI e que eu fui para lá.

Quero dizer aqui as palavras do Deputado Jessé, que engana-se que nós estamos fazendo um julgamento, agora, aqui. Nós não estamos fazendo julgamento de ninguém. Nós estamos, como está bem esclarecido no voto da Comissão Especial, autorizando a continuidade de investigação.

Eu não poderia ficar calado, porque afinal de contas foram 21 reuniões da CPI, 4.100 minutos de depoimentos, em que nós ouvimos 32 depoentes. Cada noite que a gente ia, e faço aqui o nome dos Deputados, com a Presidência do Deputado Sargento Lima, a Relatoria do Deputado Ivan Naatz, Deputado Fabiano da Luz, Deputado João Amim, Deputado Felipe Estevão, Deputado Milton Hobus, Deputado Valdir Cobalchini e ainda o Deputado Moacir Sopelsa, que participou de todas essas 21 reuniões, desses 4.100 minutos só de depoimentos, em noites frias, lá da cidade dele, em Concórdia.

Cada dia que a gente tinha a relação dos depoentes, só queríamos ouvir uma coisa, Deputado Ivan, quem foi o responsável? Dos 32 depoentes, Deputado Marcos Vieira, só teve um que disse: Eu fui. Um dos que, na época a gente falava, quem apertou o botão. Eu faço questão de, aqui, fazer o

registro, o nome dele, Capitão Bombeiro Tyago da Silva Martins, que à época era gerente de execução financeira da Secretaria de Estado da Saúde.

Os outros todos, quase pedíamos para o Papa beatificar de tão santinhos que eram, quando sentavam na cadeira. Eu me lembro muito bem disso tudo e das coisas que foram feitas durante esse processo, que resultou no relatório aprovado, e que depois muito disso foi colocado.

Eu, da mesma forma como esperei o tempo todo, nas nossas audiências da CPI, para saber se, além do senhor Tyago, alguém pudesse também chamar para si a responsabilidade. Eu esperei até às 16 horas de hoje. Eu esperava que pudesse mudar a minha posição desta investigação se tivesse uma notícia, dizendo que o Governo do Estado teria depositado os R\$33 milhões de volta aos cofres públicos.

Se o Governo tivesse feito isso, eu não votaria pela continuidade da investigação, até porque não teria o porquê não investigar. E porque não sou só eu e nem aqui os Deputados, mas é Santa Catarina inteira que quer saber sobre os R\$33 milhões que foram jogados fora. E esse negócio de compra desastrosa não me engana, não. Isso foi uma fala de um dos que foram depoentes, e que foi preso, e que colocou, e a imprensa gostou, porque na verdade eles querem diminuir o prejuízo de R\$ 33 milhões, que foram roubados do cofre estadual. Volto a dizer, roubados! Porque foram pagos de forma que não receberam os produtos. Então, como não apareceu, até o início desta sessão, o depósito dos R\$ 33 milhões, que poderia fazer com que eu mudasse a minha posição desta investigação, nós vamos, sim, ter que tomar essa responsabilidade e investigar.

Com a palavra, o Deputado Ismael.  
[Transcrição: Roberto]

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, Deputado Kennedy Nunes, serei absolutamente breve.

Eu gostaria, Deputado Cobalchini, de parabenizá-lo, eu li atentamente o relatório, aliás, tive a oportunidade, com deferência da Presidência, de fazer leitura de parte do relatório aqui nesta Casa, e uma postura muito

moderada, porém firme, e absolutamente lúcida de vossa excelência.

Eu gostaria de dizer, senhor Presidente, senhores Deputados e senhoras Deputadas, fazer uma confissão aqui, Deputado Kennedy. Eu nunca admirei o Governador Carlos Moisés como político. E não o fiz porque ele, em nenhum momento, o quis ser. Em suas declarações, são explícitas a vestimenta do não político. Mas mesmo assim, por amor ao povo catarinense, Deputado Nadal, eu torcia, sim, para que esse Governo desse certo.

Mas a narrativa, desses últimos meses, em especial, e porque não dizer a narrativa desses quase dois anos de Governo. É uma narrativa confusa, é uma narrativa insegura, é uma narrativa, Presidente, hermeticamente fechada, em que este Parlamento foi preterido por várias, e várias, e várias vezes. E, agora, quando surge, literalmente diante da tela, o pedido deste segundo impedimento, é claro que este Parlamento não pode fazer de conta que nada aconteceu.

A não responsabilização do Governador pelo sumiço dos R\$ 33 milhões, na compra dos respiradores, implicaria para todos nós, senhores Deputados, em uma clara e explícita opção pela impunidade, e por aquilo que nós chamamos de anarquia administrativa. Dessa forma, em nome da lucidez, a respeito das tentações do poder, eu voto para além da possibilidade da dúvida.

E como dizia o poeta da Academia Brasileira de Letras, o poeta gaúcho Carlos Nejar, no seu romance fantástico que eu recomendo aos senhores, Deputados e Deputadas, Rio Pampa. Carlos Nejar diz o seguinte: "Governar é estar cada dia em julgamento." Isso é governar! Governar é estar cada dia em julgamento, Deputado Eskudlark. E esse cada dia, Deputado Ivan, nos remete a uma perspectiva filosófica do tempo. E os gregos são *expert* em falar do tempo, e eles colocam o tempo em três dimensões. E para concluir essa rápida intervenção, senhor Presidente, primeiro: os gregos falam do tempo Chronos, e aí vem o cronômetro, é o tempo do calendário, é o tempo, Deputado João Amin, que iniciou no dia 1º de

janeiro de 2019 para o senhor Governador Carlos Moisés, esse é o tempo Chronos.

Mas os gregos também falam de um outro tempo, que é o tempo Kairós, esse é o tempo da oportunidade, que é dado a poucos, e que foi dado ao senhor Governador Carlos Moisés. Um tempo que, vai se completar aí 22 meses. E os gregos, mais uma vez os gregos, já diziam que a maior tragédia de uma nação é desperdiçar uma oportunidade. E por fim, senhor Presidente, os gregos, na sua sapiência, não falam só no Chronos, no Kairós, mas falam também no Aion. E o que é o Aion? O Aion é o tempo do fim. O Aion é o tempo do fim. E eu temo, senhor Presidente, senhores Deputados, que esse tempo esteja batendo à porta do Governo de Santa Catarina.

Espero não estar sendo, de forma escatológica, pessimista, mas esta Casa precisa cumprir o seu papel. Obrigado.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Encerrado o tempo do PSD. É o tempo do PL. Com a palavra o Deputado Ivan Naatz para conduzir o tempo.

DEPUTADO IVAN NAATZ - Senhores Deputados, devo fazer uso da palavra por alguns minutos, logo em seguida, passo a palavra ao Deputado Maurício Eskudlark.

Eu conheço a narrativa da denúncia, e todos nós, os integrantes da CPI dos Respiradores também a conhecemos, porque a denúncia, no que tange ao prejuízo causado pela compra dos respiradores fantasmas, é literalmente uma cópia do relatório da CPI. É, também, um histórico do que foi publicado pela imprensa, e que todos os catarinenses acompanharam.

Eu volto a dividir, então, a minha fala em dois pontos, que são fundamentais para o Processo de *Impeachment*, e faço isso como um advogado. A defesa do Governador Carlos Moisés, e na sua difícil missão de advogar uma causa perdida, utilizou boa parte da Tribuna para atacar a Assembleia Legislativa, com relação à decisão do mandado de segurança. Uma peça que já estava morta, que não tinha mais interesse para ninguém, já que a decisão havia sido revogada. E a defesa

do Governador Carlos Moisés, então, comete o mesmo erro que o seu constituído. Esquece que essa é uma Casa política, uma Casa de conversas, uma Casa de diálogos, e uma Casa, também, que me representa todo o povo catarinense.

Ele disse da tribuna que o Presidente do Tribunal de Contas não falou da compra dos respiradores, e é verdade. É verdade, senhores Deputados! O Adircélio, quando depôs à Força-Tarefa, e o depoimento dele foi reproduzido na CPI, ele não falou que falou dos respiradores. Ele falou que ele falou sobre compra com pagamento antecipado, foi isso que ele falou. O Presidente do Tribunal disse ao Governador do Estado que ele não poderia fazer compra com pagamento antecipado.

E onde que erra o Governador? Ele erra ao momento de não instruir os seus Secretários, estavam no momento em processo de compra, ao não fazer as compras com pagamento antecipado. Então, houve uma omissão clara, Deputado Cobalchini, de atendimento de uma diretriz, a diretriz de proteger o erário, de dar garantia para o erário. O Governo permaneceu em silêncio. E não só permaneceu em silêncio, o Governo tinha conhecimento de que o Estado estava fazendo compras emergenciais do Covid.

A chamada cronologia dos fatos mostra muito bem isso, e o Deputado Cobalchini trouxe isso com muita prioridade no seu relatório. A cronologia dos fatos, relatada pelo Deputado Cobalchini, mostra que no dia 27 de março, sua excelência, o Governador do Estado, já participava do processo de compra, já conversava sobre isso, com o então Secretário Helton Zeferino, na *live* que ele fez no dia 27 de março. Então, a cronologia dos fatos, que nasce no dia 27 de março, e encerra no dia 28 de abril, aponta, diversas vezes, o conhecimento do Governador do Estado relativo à compra, com o pagamento antecipado, sem garantias.

Porque ele poderia ter comprado, pago antecipadamente, isso está caracterizado na nossa jurisprudência do Tribunal de Contas da União, e até na jurisprudência do Tribunal Superior de Justiça. É possível a compra, por órgão

governamental, com pagamento antecipado. O que não é possível, é fazer a compra com pagamento antecipado sem garantias. E foi isso que Governo fez, fez a compra antecipada sem garantias. O Governador sabia da compra! Sabia que os seus Secretários estavam comprando os equipamentos, nós estávamos vivendo um processo de pandemia, o Governador falava sobre isso, na cronologia dos fatos. E foi omisso, não tomou as medidas necessárias para proteger o erário. E por ser omisso, não cumpriu uma das suas funções primordiais, que é gerenciar as contas públicas. Governar é gerenciar as contas públicas.

Então, não há dúvidas, nem para a Assembleia Legislativa, nem para nenhum catarinense, de que sua excelência, o Governador, foi descompromissado. E é descompromissado, Deputados! O próprio Governo aponta o Secretário André Mota Ribeiro como um dos responsáveis pelo prejuízo da compra dos respiradores. O Secretário André Mota Ribeiro, no relatório da Controladoria Geral do Estado, é indicado como um dos responsáveis pelo prejuízo! E o Secretário que é indicado como um dos responsáveis pelo prejuízo continua na Secretaria. Não foi demitido!

Então, tem um órgão do Estado dizendo: "tem que investigar o André Mota Ribeiro, porque ele teve indício de culpa no processo." O próprio Governo diz isso, e o sujeito continua Secretário. Cada dia que eu ligo o "Bom Dia Santa Catarina", da NSC TV, está lá o André Mota Ribeiro, falando da política pública de enfrentamento à Covid, o sujeito que o próprio Estado diz que é culpado pelo processo, está ali, assinando cheque e fazendo compra sem licitação. Então, é o retrato do caos. É o retrato do caos!

Feitas essas observações, ou seja, de indício de crime e da omissão, preenchida a primeira parte da admissibilidade do Processo de *Impeachment*. Vamos para a segunda a parte da admissibilidade do Processo de *Impeachment*, o político, a parte política. Já que o Processo de *Impeachment* é a junção de ausência, de um crime de responsabilidade, e nem crime precisa ser, porque

é um crime administrativo, que é o que aconteceu com a Presidente Dilma, que foi retirada do cargo sem crime. Não houve crime. A Presidente Dilma não respondeu nenhum processo, mas houve uma infração administrativa e, por isso, ela caiu. Então, com todo respeito ao advogado que fez a defesa aqui, é dispensável até a existência do crime.

Na parte política, vamos fazer uma reflexão aqui, colegas Deputados, a imprensa também, os comissionados do Governo, todos que estamos aqui e quem está nos acompanhando. É hora, e é hoje, o dia de acabar com o que não começou, nós estamos terminando hoje o que não começou, que é o Governo. O Governo não começou! Não teve Governo em Santa Catarina, desde o início, desde a posse até hoje, não houve governo em Santa Catarina. Quem governou foi a Assembleia Legislativa, através dos atos que nós corrigimos aqui, que nasceram com a tributação dos defensivos agrícolas, depois veio para a questão tributária, a Assembleia Legislativa foi salvando o Governador. Ou não foi isso?

A Assembleia foi constantemente salvando o Governo, ensinando o Governo como tinha que fazer no primeiro ano. E no segundo ano, tudo tem limite. Chegamos, hoje, ao ponto da completa inexistência de Estado, senhor Presidente. Não há Governo no Estado de Santa Catarina. O Governo não tem um deputado na base, não tem liderança. Esses dias o Governador foi chamado, entre aspas, senhor Presidente, "de vagabundo" aqui no Plenário, e ninguém levantou para fazer a defesa. Nunca eu imaginei que num Plenário, de uma Casa Legislativa da importância de Santa Catarina, um Deputado tratasse sua excelência, o Governador, como vagabundo. Isso, por si só, já é inadmissível! Agora, ninguém levantar para fazer uma reprimenda? Ninguém levantou para defender, para dizer: "Não, espera aí!" Isso é o retrato da incapacidade de governar.

No sistema democrático brasileiro, e no sistema democrático desenhado por Montesquieu, o peso e contrapeso é fundamental. O peso e contrapeso! As decisões do Governo e as decisões

do povo. O Governo de um lado e o povo de outro lado. O Governo com essa mão, e os representantes do povo na outra mão. O Governo e a Assembleia, o Governo e a Câmara Federal, o Governo e as Câmaras de Vereadores. É o sistema de peso e contrapeso. Sem esse sistema não há Governo. E é esse ponto que chegamos aqui em Santa Catarina, a ausência completa do peso e contrapeso.

E nós vimos isso, todos os dias, aqui na Assembleia. O Governo manda para cá um veto; 38 a zero. O Governo manda para cá um projeto de lei, se ninguém levantar a mão passa, se um Deputado levantar a mão, o projeto fica. Os projetos que são apresentados na Assembleia Legislativa, passou na CCJ, passa no Plenário. E isso não pode ser assim! Sem esse sistema de peso e contrapeso, não há democracia, não há Governo. E é isso que nós sentimos hoje, uma ausência completa de governo. Sem base, sem alguém que o defenda, sem uma política pública adequada, sem um começo, meio e fim, sem saber aonde quer chegar, não há Governo. E o sistema de peso e contrapeso acaba com qualquer processo de governabilidade.

Então, preenchido o segundo requisito, que é requisito político. Com os dois requisitos estabelecidos, não há outra, senão a instalação do processo de *impeachment*. Aí passa, agora, para o tribunal que vai julgar, efetivamente, o processo. E por essas razões, senhor Presidente, espero que a Casa dê continuidade a esse processo. Muito obrigado.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Senhor Presidente, senhores Deputados, público que nos acompanha. Acho que poucas pessoas têm a liberdade que eu tenho para falar um pouco dessa situação. Até porque, há poucos dias, revendo naquelas lembranças que vêm do Facebook, eu via um vídeo meu, do segundo turno, pedindo voto para o Presidente Bolsonaro e para o Governador Carlos Moisés, aqui em Santa Catarina. No primeiro turno, eu já os tinha apoiado o Presidente Bolsonaro, e apoiava o Mariani, que era o nosso candidato da coligação. E o segundo turno apoiei, porque via

que era a mudança que o cidadão brasileiro e catarinense tinha e queria.

Passada a eleição, eu fui convidado, em meados do primeiro ano, para ser líder do Governo. Fui conversar com meu o partido, pedi tempo, fui conversar com o meu partido, consultar algumas pessoas mais experientes e aceitei, mesmo com o meu partido dividido. Metade achava que esse Governo não ia dar certo, metade achava que ia dar certo. E eu disse "é a mudança que os catarinenses pediram e nós temos a obrigação de, como Deputados, dar o apoio para que o Governo dê certo." E aceitei, mesmo o partido não aceitando integralmente. Inclusive me alertou: nós te liberamos, mas é uma decisão tua, não é uma decisão de partido. E eu aceitei a liderança. E vim para a liderança. E conversei com os Deputados, que precisávamos dar apoio ao Governo. E assim construimos. Aprovamos por unanimidade a Reforma Administrativa. Unanimidade. Todos os Deputados votaram! Criando, inclusive, a dita Controladoria-Geral, lá, como se precisassem, ainda, criar mais organismos de controle. E nós vimos que, quando não se quer, não dá certo mesmo.

Quando houve o problema do duodécimo dos Poderes, fiz todos os esforços, Deputado Laércio, e com a concordância, já, dos Poderes que a gente pode conversar para fazer um projeto de consenso. E os Poderes, mesmo com as dificuldades que têm, abrindo mão de um pouco dos seus recursos. Conversamos com o Governador, através do Secretário Douglas, que da minha sala ligou para o Governador, disse que isso iria acontecer, e no outro dia não valia mais nada esse acordo, que o Governador não concordou mais.

Nos 17% de tentativa de aumento para o agronegócio, eu fui, conversei, perguntei ao Governador: quem é que estava colocando na cabeça dele aquilo? Como é que nós iríamos taxar o agronegócio no nosso Estado? A mola propulsora desse Estado, 70% da economia! E eu ouvi que isso era da cabeça dele. Ele acha que plantar em apartamento, natural, ali, funciona. Como é que vamos sustentar um País? Por que o nosso Estado é

referência em produção? É pela qualidade do defensivo, é pela forma como a nossa agricultura tem tecnologia, e não podemos penalizar isso.

Então, as dificuldades foram surgindo. E aí, veio a Pandemia e a situação piorou. Porque o Governador, no Governo virtual dele, que nunca foi um Governo real, gostava de fazer as *lives* ao final da tarde, que no início, logo que começava a *live*, ele dizia quantos novos contaminados, quantas vítimas, quanto em UTI e tal. Mas, como as *lives* começaram a dar audiência, porque a população estava ansiosa, com medo e apavorada, aí as *lives* viravam um lero-lero, porque tinha bastante gente assistindo, para depois, lá no final, dizer aquilo que a população efetivamente queria resolver.

Quantos minutos alguém, aqui, acha que o Presidente Bolsonaro vai demorar para demitir alguém que faça um ato de corrupção, ou de suspeita de corrupção, no Governo dele? Quantos minutos? Quantos anos vocês acham que o Governador Moisés vai demorar para tomar uma atitude contra alguém que faça um ato errado? [Transcrição: Ana Maria]

Então, nós temos um Governo que não governa, um Governo que não cobra, e eu não vou falar que os R\$ 33 milhões dava, talvez, para zerar as cirurgias eletivas do nosso Estado. Eu não vou falar que um médico, esses dias, conversando comigo, Deputado Altair, me disse que, dos pacientes dele, quarenta pioraram a situação, porque não puderam fazer cirurgia eletiva, e dez faleceram, porque não fizeram cirurgia eletiva.

O que você vai fazer de um Governo que fica inerte a suspender um contrato de R\$ 500 mil por ano de desratização dos portos, e contrata a mesma empresa, por dois milhões e cem, para fazer o mesmo serviço? E ninguém foi afastado, ninguém foi investigado, não tem providência nenhuma.

Há 11 anos que a Celesc não faz distribuição de lucros, aí nesse ano o presidente da Celesc e seis diretores receberam quase R\$ 300 mil cada um, em plena pandemia.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Deputado Maurício, para cumprir o Regimento Interno, a Presidência, desculpe, interrompe para prorrogar a sessão por mais uma hora.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, Presidente. E aí, em uma audiência desta Casa com o presidente da Celesc, eu perguntei isso: Como que um dinheiro que é do povo, porque o presidente e os diretores que estão lá, eles representam o Estado, então, se tem alguma divisão de lucro, esse lucro tem que vir para o Estado, e não para aquele servidor que está momentaneamente no cargo. E ele disse: "nós queríamos trabalhar, vocês vêm com essas picuinhas". Então, para esse Governo é picuinha distribuir um milhão e pouco de lucro entre os diretores da Celesc? Isso é picuinha, ele disse aqui, ao vivo, numa sessão da Comissão na Assembleia Legislativa.

A Escola de Santa Cruz do Timbó, lá encostadinho em Porto União, que eu fui lá visitar, queria ampliar duas salas de aula, Deputado Cobalchini, vossa excelência conhece a escola, custava R\$140 mil. A Secretaria da Educação disse que não precisava. O professor fez lá um projeto pelo número de alunos, só que essa mesma Secretaria da Educação pagou R\$170 mil em uma nota fiscal só, de jardinagem, no Colégio Santa Cruz de Canoinhas. Não tinha R\$ 140 mil para fazer duas salas de aula, gastou R\$ 170 mil para jardinagem no Colégio Santa Cruz de Canoinhas, como gastou para uma empresa de Brusque, que ganhou a licitação para fazer a jardinagem dos colégios em Dionísio Cerqueira. Duas notas que dão quase R\$270 mil, que os diretores, lá, não queriam assinar, e que não veio para a frente, ainda, porque o Ministério Público está investigando e vai apurar esses fatos.

E pasmem os senhores, a licitação da Secretaria da Educação para a jardinagem das escolas, no nosso Estado, é de R\$43 milhões, que pelo que eu sei, o Governador mandou suspender, parece estão fazendo outra, ou já fizeram outra. Mandou suspender, mas eu não vi de parte do Governo querer a apuração desses fatos. R\$ 43

milhões, Deputado Carlos Humberto, e eu estive agora, essa semana, lá no município de Riqueza, Deputado Mauro, tem aquele colégio grande, me fogue o nome agora, e eu vi aquele gramadão lá, tudo, a grama bem cortadinha, e perguntei para a diretora: quem é que faz a jardinagem aqui do colégio? Respondeu: Nós, os alunos, professores, reunimos os pais, tem uma horta que nós cuidamos, muito bem cuidada. Todo mundo sabe que a jardinagem, nos colégios, é feita assim, Deputado Nazareno, aí a Secretaria da Educação faz uma licitação de R\$43 milhões e ninguém toma providência.

Vou terminar, já, senhor Presidente. Então, nós temos a questão do hospital de campanha, 77 milhões, só não saiu em Itajaí por causa da Assembleia, por causa do Tribunal de Contas, porque era um absurdo, e teriam feito aquele hospital de campanha. E depois, quando os órgãos competentes trancaram, foi dito que fariam dez hospitais de campanha. Agora, tem a entrevista do Governador dizendo que seriam dez hospitais de campanha, quando poderia fazer funcionar o Santa Inês, Deputado Carlos Humberto, em Balneário Camboriú, aumentar 50, 60 leitos no Hospital Marieta Bornhausen, como nos outros hospitais. Então, tem muita coisa para falar e o que falta, quem governa, quem administra, tem que ter a visão política, a visão social e tem que ter a firmeza de cobrar resultados.

O Bolsonaro briga e defende pelos seus Ministros, mas tenho certeza que qualquer um deles que praticar um ato de corrupção, de suspeita de corrupção, ele vai sim adotar as providências. Então, entendo que esse processo deve seguir adiante, porque é um processo de investigação. Inclusive, se o Governo estivesse ajudando, investigando e tomando providência, talvez a situação fosse diferente, talvez alguma coisa iria passar, mas não podemos ver uma situação dessa, e nós sendo cobrados todos os dias pelos catarinenses, com toda razão, porque nós, Deputados, estamos aqui para representar a população, e nós temos sim que levar adiante e prosseguir nesse processo.

O Deputado Carlos Humberto, senhor Presidente, segue no horário do partido.

DEPUTADO CARLOS HUMBERTO - Senhor Presidente, acho que já, por todos os que me antecederam, já foi feita toda a caracterização dos pressupostos que são necessários para que a Casa, se assim entender, dê continuidade e autorize a comissão que vai fazer a investigação daquilo que entendemos, que sejam as ilicitudes apontadas em todo esse processo.

Mas eu queria complementar o que foi dito pelos meus colegas de bancada. Em 2018, o vento da mudança soprou, Santa Catarina, com muita ousadia, apostou no diferente, esse diferente que caminhava junto com um processo de Nação que se mostra muito profícuo. Mas infelizmente, em pouquíssimo tempo, Deputado Maurício, pouquíssimo tempo, a alegria se transformou em tristeza, a euforia virou decepção, a esperança, que eu também depus através do voto no segundo turno, virou vergonha, e com muita tristeza, eu sou obrigado a dizer isso, com muita tristeza, Santa Catarina pela segunda vez, em pouco tempo, tem que, aqui neste Parlamento, apreciar esse tipo de medida que, eu tenho certeza, não alegra a nenhum dos Deputados. Muito pelo contrário, muito pelo contrário! Nós gostaríamos de estar aqui, Deputado Maurício, Presidente Julio, tratando das matérias em prol de Santa Catarina, que viriam dessa ousadia e dessa aposta que o catarinense fez através do voto em 2018.

Mas, ao mesmo tempo essa tristeza toma conta, também vem a manifestação do dever, com que esta Casa vem consertando os desacertos e o desgoverno de um Governo que não governa, porque não tem líder, porque não dá exemplo, porque falta altivez, porque falta coragem e porque falta dedicação, porque o que eu vejo, e eu tenho horror a isso, é preguiça para o trabalho, é falta de vontade de acordar cedo.

Não é possível, qualquer um, qualquer catarinense que estivesse na posição privilegiada de representar o Governo do Estado, o mínimo que faria, Deputado Nazareno, era se dedicar ao

extremo. Mas chegamos até aqui, e me alegra muito poder estar participando desse momento, porque essa Casa dará, mais uma vez, a autorização, eu não tenho dúvida, para que o processo caminhe e que, de uma vez por todas, nós apagemos da história desse glorioso Estado de Santa Catarina esse erro, que infelizmente foi cometido. Obrigado, senhor Presidente.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Encerrado o horário do PL, o próximo horário é do Partido dos Trabalhadores. Passo a palavra ao líder, Deputado Fabiano.

DEPUTADO FABIANO DA LUZ - Deputado Julio Garcia, senhoras Deputadas, senhores Deputados, a todos que nos acompanham pelos sites, pelos canais transmitidos pela imprensa de toda Santa Catarina, e também pelos membros do Governo que estão no Plenário da Assembleia, também acompanhando.

Eu tenho a convicção de que todos nós somos sabedores e cientes de que estamos numa situação muito delicada em Santa Catarina, delicada em nível de Brasil, pelos debates, pelos extremismos que tomam conta do cenário político, da sociedade, enfim, em todas as instâncias. Algumas dessas manifestações também nos chamam a atenção. E para aonde nós estamos indo com todo esse fervor, com todo esse debate, aonde que nós queremos chegar.

Eu tenho muita clareza de que os extremos, tanto daqueles que querem liberdade para tudo ou aqueles extremamente conservadores, que querem proibir tudo, ele não ajuda, não colabora e não constrói uma sociedade melhor. E nós sabemos que, hoje, vivemos uma situação que chama atenção. Primeiro, porque nós estávamos acostumados a ouvir que existiam muitos advogados de porta de cadeia, e para quem já participou da administração pública, sabe que com toda a quantidade de universidades e de cursos, principalmente na área jurídica, nós temos hoje, na área do Direito, inúmeros advogados, centenas de advogados, que ficam só esperando qualquer falha do setor público para abrir uma ação e tentar tirar um recurso, ou anular uma licitação ou anular um processo, uma escolha, enfim.

Ao mesmo tempo que os profissionais de Direito são importantíssimos para a democracia e para legislar o direito do cidadão, do órgão público, também tem sempre aqueles que querem se aproveitar de qualquer falha do setor público para conseguir tirar, ali, um sustento, ou da sua profissão, o que é natural.

Nós temos um grande problema na sociedade, que as redes sociais permitiram com que a própria sociedade condene, crucifique, acuse, insulte qualquer pessoa. Se perdeu muito o respeito porque a rede social deu muita liberdade à sociedade. Isso fica muito o sentimento de impunidade.

E quando nós entramos, especificamente, no tema do qual nós estamos aqui discutindo, debatendo e decidindo agora, que é o *impeachment* dos respiradores, é preciso reconhecer também que há uma grande falha do Governo Federal nesse processo todo, porque se o Governo Federal fosse realmente responsável, tivesse sido sério e não brincado com a situação, tivesse tomado uma atitude da grandeza que o Brasil precisa e merece, e ter feito ele uma compra de respiradores para o Brasil inteiro, ele teria evitado com que os Estados brasileiros entrassem em um leilão pelos mesmos equipamentos, que majorassem preço, e que permitissem aí, algumas pessoas da sociedade, que buscassem no desespero da população, na pressa do setor público em resolver a situação, e achar ali um furo para, mais uma vez, lograr êxito roubando dinheiro público de toda a nossa sociedade. E infelizmente, chegando em Santa Catarina, eles encontraram alguém que lhes abriu as portas para que isso pudesse acontecer, como o fizeram em vários Estados da nossa Federação.

E o que comprova isso é, justamente, essa participação que os demais Poderes tiveram, que o Ministério Público investigou, prisões que foram feitas, e também a CPI que nós fizemos na Assembleia Legislativa, em que ouvimos vários depoimentos, coletamos vários documentos, e que a sociedade catarinense toda sabe que o dinheiro foi e os respiradores não vieram.

Também confesso que ficam, ainda, algumas dúvidas sobre o que realmente aconteceu, que ainda não foi dito, nem para o Ministério Público, nem nos depoimentos na Polícia Civil e nem na CPI, que possa elucidar melhor tudo o que aconteceu.

Por isso que a nossa posição é de levar até a última instância esse debate e, também, reconhecendo aqui que, tanto na CPI, quanto na Comissão Especial, foram respeitados todos os prazos, dados todos os direitos de defesa, permitido tudo aquilo que foi, dentro do Regimento, possível para que se pudesse ter a maior clareza de todos esses fatos.

Então, a nossa decisão é justamente essa, de que se tire um pouco essa carga, a responsabilidade e a decisão somente do Poder político, e que se leve também para um Tribunal misto, onde, com a participação do Judiciário, possa se esclarecer e tomar a melhor decisão que seja para Santa Catarina. Essa é a nossa posição, a posição da bancada, que reconhece aqui, também, Presidente e Deputados, que nós não podemos simplesmente apontar o dedo e fazer somente acusações ao Governo, como se o Governo estivesse fazendo tudo errado.

Nós estamos analisando uma situação, e temos que reconhecer que tem muito acerto no Governo, tem muitos resultados positivos do Governo, tem muitas pessoas sérias no Governo, mas quando tem algo errado que acontece e é grave, é grandioso e todas as pessoas têm a ciência de que precisa ser esclarecido melhor, não há outra alternativa, a não ser dar prosseguimento ao processo. Era isso senhor Presidente, obrigado.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Não há mais oradores do Partido dos Trabalhadores, senhor líder?

DEPUTADO FABIANO DA LUZ - Não, senhor.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - O próximo horário é do PP.

(Pausa)

Não há oradores pelo PP. O próximo horário é do PSB.

DEPUTADO NAZARENO MARTINS - Senhor Presidente, o nosso Deputado Laércio Schuster fará seu manifesto.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER - Quero agradecer ao nosso líder Deputado Nazareno pela oportunidade de falar pelo nosso partido, mas eu serei bastante breve colegas Deputados. Basicamente é o que eu me manifestei no primeiro processo de *impeachment*, que nós tivemos a oportunidade de votar pela admissibilidade, e a partir daí construir o Tribunal Especial Misto, no qual os senhores me deram a oportunidade de representá-los, e lá possuir a consciência e a responsabilidade de podermos seguir em frente, com a busca da verdade, neste primeiro processo de impedimento.

Mas o que eu fico pensando aqui, como um defensor do municipalismo como eu sou, eu escuto, presenciei, palmas, gritos, suspiros e torcida, nesse Plenário, hoje. Eu não estou, aqui, julgando se tem um culpado ou não neste momento. Neste momento, não só eu, como todos os senhores, nós estamos aqui reunidos para procurar a verdade de um fato, que eu não consigo entender, como se consegue criar torcida em torno disso.

Por que eu falo isso? Fui Prefeito de uma cidade durante oito anos. Se um Prefeito, em Santa Catarina ou no Brasil, sumisse com R\$33 milhões, eu acho que não demoraria 24 horas para ele estar preso ou a Justiça tomar alguma posição. Senhores, são R\$33 milhões que sumiram dos cofres públicos do Estado, que para mim se chama roubo, e nós estamos aqui, durante meses, tentando desqualificar essa palavra.

Foi feito CPI, foram meses de trabalho e dedicação dos nossos Parlamentares, e ainda nós conseguimos ver torcida, porque ninguém diz para nós, não diz para os catarinenses, onde estão os R\$33 milhões?! Como é que eu vou votar, com a minha consciência tranquila nessa tarde, senão pela admissibilidade.

Eu comentei para alguns colegas Deputados hoje, se até o momento que eu fosse falar, ou até o momento que eu fosse votar, o dinheiro estivesse na conta do Estado, eu votaria contra a

admissibilidade. Ninguém, até agora, consegue dizer onde estão os R\$33 milhões. Se isso, volto a repetir, se isso tivesse acontecido com um Prefeito de uma cidade, será que os catarinenses iriam receber, de uma forma tão pacífica, como todos nós estamos recebendo, uma notícia dessa? E ainda recurso de Saúde, recurso que veio para combater a pandemia, para salvar pessoas.

Santa Catarina esteve, durante muito tempo, nas páginas policiais. Ex-Secretários presos, buscas e apreensões. Desculpem os advogados da defesa, mas eu não posso olhar para isso apenas como um fato jurídico, de alguém que está no comando do Estado, por conduta comissiva ou omissiva, seja o que for do termo jurídico, mas existe um comandante e ele é responsável, sim, pelas coisas do Estado e pelas ações e atitudes dos seus trabalhadores. Assim aconteceu comigo, durante oito anos, enquanto Prefeito. Eu respondia por todos os atos de qualquer servidor público de maneira solidária, e eu nunca, mas nunca me faltou a coragem de assumir tal responsabilidade.

Sempre apurei todas as questões que precisavam ser apuradas por um bom homem público, porque o dinheiro não era meu, o dinheiro não é meu, o dinheiro não é nosso. O dinheiro é tanto da pessoa mais rica, como da mais humilde. E o que nós escutamos, neste processo todo, é que: eu não sabia, aqui não fui eu, ali não fui eu.

E como o Deputado Maurício Eskudlark colocou, até agora o nosso Governador nunca demitiu uma pessoa por ato de improbidade ou que deixasse no ar algum gesto nesse sentido. Todos eles que foram envolvidos, eles pediram a demissão. Então me perdoem, não estou aqui discutindo por questões jurídicas, administrativas, seja o que for. Li todo o processo e quero parabenizar o Relator, Deputado Valdir Cobalchini, que qualquer cidadão catarinense pode pegar o seu relatório e ler, e vai compreender. E ali, nós vamos ver os absurdos cometidos por aquele que recebeu mais de 70% da esperança do catarinense. Ali fica muito claro a falta de comando, o pulso firme. [Transcrição: Gabriel]

E eu gostaria, de coração, que nós pudéssemos sair do campo político, sair do campo de achar culpado ou inocente. Onde estão os R\$33 milhões, é só isso! Quem é o responsável, senão o Governador?! E aí eu concordo com o Parlamento, em termos tirado a Vice-Governadora desse processo de impedimento.

É isso que eu estou votando hoje, pela admissibilidade do relatório do nosso colega Deputado, para que Ministério Público, Judiciário, Polícia Civil possam encontrar o verdadeiro culpado, daquele que apertou o botão do pagamento. É para isso que nós estamos tendo a responsabilidade de votar nesta tarde de hoje.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - O próximo horário é destinado ao PSDB. Tem a palavra o líder, Deputado Marcos Vieira para conduzir.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Senhor presidente, o PSDB dispensa o tempo.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - O PSDB dispensa o tempo.

O próximo horário é do Novo. O Deputado Bruno Souza tem a palavra.

DEPUTADO BRUNO SOUZA - Boa tarde a todo o Plenário.

Novamente nos encontramos em um momento delicado. Delicado porque, como falei da última vez, um impedimento de um Chefe de um Poder é uma anomalia, no *continuum* normal de qualquer Poder, de uma democracia.

Infelizmente, chegamos neste momento, ao invés de estarmos discutindo temas que causam um impacto, como falei hoje, mais cedo, nós não reformamos uma Previdência, este ano, 17 Estados fizeram, nós não fizemos.

Por conta disso, na última semana, R\$140 milhões precisaram ser retirados da Segurança Pública e destinados à conta financeira da Previdência estadual. Esses temas não puderam ser discutidos por conta da nossa anomalia política em que vivemos. Não era o esperado, não era o que deveríamos estar vivendo, mas estamos vivendo, e uma vez vivendo, é nosso papel dar o nosso voto e opinar conforme a consciência de cada um.

E o meu partido, Partido Novo, acredita que não basta o objetivo certo, é preciso fazer do jeito certo, é preciso fazer o certo. Nós não acreditamos que o certo, o correto faz curva, pega atalhos ou nada do tipo. Precisamos fazer o certo da maneira certa.

Por isso, recorro que, na última votação desse tipo, meu voto foi contrário àquele impedimento, porque eram os motivos errados. Não eram os motivos certos, e continuo acreditando que não eram os motivos, e continuam não sendo os motivos corretos. Tenho uma opinião bem clara sobre aquela votação, aquele primeiro processo do impedimento, mas hoje nós estamos aqui diante de uma nova situação.

Eu durmo tranquilo em relação àquele meu voto, muito tranquilo, e quero dormir muito tranquilo por conta deste meu voto de hoje. Sou rigoroso com os meus votos, e quero agradecer porque ninguém veio me procurar para votar no lado A ou no lado B.

Duas razões, Presidente, são possíveis disto, duas razões podem explicar isto. Uma, talvez, é a antipatia e a aversão a mim, e a outra, talvez, a respeito da minha posição de independência. Meu senso de realidade deveria me levar a acreditar que é pelo primeiro motivo, mas como sou otimista, vou acreditar que é pela segunda razão, e é por respeito a minha independência. Vou acreditar que é isso, e agradeço não terem me procurado, pois não teria mudado meu voto, votaria da mesma forma que vou votar hoje. Mas poupou o meu tempo, porque afinal é extenso o relatório e nós tivemos um tempo exíguo para analisar.

Quero aqui parabenizar também o Relator e o Relator original do primeiro processo, por uma citação muito feliz no relatório. Foi citado no relatório um liberal, Tocqueville, e tem um liberal escondido, nos gabinetes, por aí, fiquei feliz em saber. E a citação diz o seguinte: "O fim principal do julgamento político, nos Estados Unidos, é retirar o poder das mãos do que faz mal uso dele e de impedir que tal cidadão possa ser reinvestido de poder no futuro." Como se vê é um

ato administrativo ao qual se deu a solenidade de uma sentença. Muito curioso que Tocqueville, um francês, foi um dos que melhor descreveu a Democracia Republicana Americana.

Ninguém empurrou Moisés para situação em que ele se encontra, ele entrou na disputa eleitoral porque assim quis. E o problema é que os seus comandados foram protagonistas de notáveis e constantes denúncias. Desde os respiradores fantasmas, os hospitais, o hospital Mahatma Gandhi, o Governo conseguiu botar, infelizmente, o nome desse ativista político, Mahatma Gandhi, nas páginas policiais. É muito infeliz ver essas relações, nós até nos esquecemos disso, quando falamos do hospital de campanha, o hospital Mahatma Gandhi, nós até esquecemos o nome a quem nós estamos referenciando.

No caso dos respiradores, considerando esse contexto fatídico, não é crível, acreditarmos que Moisés não sabia da compra e do próprio pagamento antecipado. A decorrência dos fatos, a análise da cronologia dos fatos, eu não vou aqui entrar em minúcias, mas torna muito pouco provável que Moisés não sabia dessa compra antecipada. E não sabia antes do fatídico dia 22 de abril, que é o dia que ele informou da ciência dos fatos para a CPI dos respiradores. É muito difícil acreditar isso! Muito difícil, mesmo!

E sabendo dos fatos, o que ocorre é que houve uma morosidade e um desapego enorme com o que estava acontecendo com os R\$33 milhões. Moisés não fez nada. Quero lembrar aos senhores que dos R\$33 milhões evaporados, nenhuma ação foi tomada. E a primeira ação tomada para tentar reaver uma parte desses recursos, foi uma ação popular impetrada por mim.

Até aquele dia, a Procuradoria-Geral do Estado não tinha feito nada, nada havia sido feito. A primeira ação para tentar recuperar, ou pelo menos diminuir todo aquele desperdício dos R\$33 milhões fantasmas, foi perpetrada por mim, e não pela Procuradoria-Geral do Estado. O que denota uma clara morosidade e desapego com esses valores.

Portanto, Moisés, na minha opinião, sabia. Moisés, sabendo, não tomou a atitude contra os responsáveis por isso, pelas atitudes, pelas licitações obviamente irregulares. E sabendo dos fatos antes do dia 22, informou para a CPI que só veio a saber no dia 22.

Bom, então Moisés foi omissos e mentiu. Isso é motivo suficiente para impedir um Chefe de Poder? Bem, isso depende da régua que nós queremos colocar no nosso Estado e no nosso País. Depende que País e que Estado queremos ter. Se queremos um País sério, onde Chefes de Poderes não mintam em declarações com fé pública, que não sejam omissos, então, sim, é motivo suficiente.

Quero lembrar que, nos Estados Unidos, Richard Nixon sofreu um processo de *impeachment* por ter mentido. Quero lembrar também que, na Alemanha, recentemente, Petra Hinz renunciou por ter mentido. Quero lembrar que um congressista inglês também renunciou por ter mentido. E para ser ainda mais atual, quero lembrar Michael Flynn, assessor do Presidente Donald Trump, que renunciou por ter mentido.

Que régua queremos colocar no nosso Estado? Queremos ser um País e um Estado com uma régua alta ou baixa? Eu serei rigoroso no meu voto, vou colocar a régua alta. Vou considerar que isso, sim, é motivo suficiente para continuidade do processo. Minha régua, hoje, será a mesma que eu usaria no passado, talvez com outros governadores, e usarei no futuro, mesmo que seja um Governador que disponha de algum prestígio e base Parlamentar, nesta Casa, se Deputado for e se tiver que votar novamente. Minha régua será essa mesma régua que hoje usarei.

Novamente, Moisés negligenciou, não puniu os responsáveis, não houve nenhum processo administrativo contra nenhum dos Secretários, pelo contrário, ao Secretário de Saúde, ainda Moisés o dignificou com uma carta de agradecimento pelos serviços prestados, como se grandes serviços tivesse prestado, depois de uma história triste a que ele submeteu o Estado.

Moisés só foi, Douglas Borba e Zeferino só foram afastados dos conselhos fiscais da SCPAR e da Celesc por intervenção do Tribunal de Contas do Estado. Não foi uma atitude do nosso Governador, não foi, isso mostra um companheirismo excessivo diante de tão fortes evidências e descasos com dinheiro público.

Por isso mesmo que, de fato, não está claro aqui que Moisés obteve uma vantagem financeira com o caso dos respiradores, não é por isso o meu voto, até porque o caso foi tão desastroso, que nem prosseguimento conseguiram dar. Também não deve ter obtido nenhuma vantagem financeira com os atos praticados no Hospital Mahatma Gandhi, não, não foi. Mas é pela negligência, é por ter mentido, e ambos, lembro aos senhores, também são crimes de responsabilidade, e ambos merecem ser investigados, mais a fundo, se a nossa régua for alta.

No primeiro caso, eu disse aqui, que eram os motivos errados para nós darmos continuidade a denúncia, hoje estamos votando pelos motivos certos. Por isso, meu voto hoje será, sim, pela continuidade do processo de impedimento.

Muito obrigado, Presidente.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Próximo horário é destinado ao PCdoB. Com a palavra o Deputado Cesar Valduga.

DEPUTADO CESAR VALDUGA - Quero cumprimentar o senhor Presidente, cumprimentar a este augusto Plenário, a população catarinense que nos acompanha pela TVAL e também Rádio Digital.

Confesso, senhor Presidente, que para nós, catarinenses, é um dia muito triste. Mas que, também, nós não podemos ser coniventes com tudo isso que está acontecendo, que gerou uma crise política no meio de uma grande crise de saúde.

Mas também precisamos deliberar, missão essa que a nós foi deliberada e confiada, mas principalmente na missão e na prerrogativa de legislar e fiscalizar os atos do Poder Executivo. Nós somos fiscalizadores dos recursos públicos do Estado de Santa Catarina. E por isso, aqui, quero destacar e parabenizar o Relator Cobalchini, e

também a todos que compuseram, que trabalharam para levantar, para ouvir, para que nós pudéssemos deliberar.

Os vários indícios, inclusive apurados pelo Ministério Público, têm a prestação agora, em especial ao tema que seria sobre os hospitais de campanha e também dos respiradores.

Aqui, hoje, como todos nós, também a população que nos acompanha, o rito legal e dentro das prerrogativas legais e constitucionais, diga-se de passagem, onde que deliberar sobre a admissibilidade, até para que nós não sejamos vistos como os justiceiros, mas, enfim, aqui deliberar sobre o mérito e os autos do processo, o qual muito estudamos, e que temos que nos centrar ao mérito desse nosso voto, o qual está sendo debatido, e aqui muito questionadas e levantadas as várias irregularidades, então, desse segundo processo.

E que nós precisamos esclarecer tudo isso, que a população catarinense espera esse esclarecimento. Ou seja, onde é que está o dinheiro da Saúde do Estado de Santa Catarina?

A desgovernabilidade que, infelizmente, emperra o nosso Estado, acaba prejudicando muito o desenvolvimento econômico, acaba estagnando a nossa economia para aqueles que gostariam tanto de investir em nosso estado. E que precisamos construir novamente essa governabilidade, vejo aí que cabe a todos nós, Parlamentares, que seja restabelecida a governabilidade no Estado de Santa Catarina.

Nós que fomos eleitos para ser a voz daqueles que não tem voz e, acima de tudo, esquecer o sentimento público que nos confere, que consigamos virar essa página que envergonha o nosso Estado de Santa Catarina, sendo noticiário em todos os Estados, inclusive em outros países.

O Governador e os seus precisam, sem dúvida, responder pelos seus atos, como também alguns já estão respondendo. A população espera essa resposta, talvez alguns não pela questão do julgamento agora imediato, até. Não se sabe o que vai acontecer, se o afastamento. E que cabe ao

Tribunal Especial, essa Comissão Mista formada que vai, enfim, dar o seu veredicto, e que se permitirá, sim, a oitiva. As oitivas, onde o Governador vai ter o direito de ser ouvido, como também a própria Vice-Governadora, que também terá o direito de ser ouvida.

Como aqui, hoje, se teve a oportunidade da defesa, como também a acusação, serem ouvidos, dentro de uma prerrogativa legal. E que, também, dando a publicidade e a transparência dos atos do Poder Legislativo catarinense.

Dito isso, senhor Presidente, nós precisamos urgentemente virar essa página que envergonha o nosso Estado. Eu chegando, há pouco tempo, como suplente, Deputado suplente, chego num momento muito triste do nosso Estado, junto à Assembleia Legislativa catarinense, onde nós deveríamos nos debruçar sobre pautas da Educação, sobre pautas da Saúde catarinense. Convivemos com todo esse conflito, toda essa situação de hospitais, onde faltam médicos, hospitais onde faltam cirurgias, falta de remédios, e a população catarinense padecendo.

Precisamos, sem dúvida nenhuma, exercer a função e a prerrogativa do princípio da razoabilidade e também da equidade neste momento. Mas também não podemos ser conivente com o que aconteceu na gestão pública catarinense. E vão ter que responder!

Através dessa Comissão Mista formada por cinco Parlamentares, e cinco Desembargadores, mais o juiz do Tribunal de Justiça também, onde, com certeza, será dada uma resposta à altura da população catarinense. E que esses recursos retornem aos cofres públicos para melhorar a qualidade de vida da nossa população catarinense.

Muito obrigado, senhor Presidente.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente)- O próximo horário pertence ao PDT.

DEPUTADA PAULINHA - Senhor Presidente, meus colegas Deputados e Deputadas, nossos amigos que nos visitam nesta tarde hoje, meus colegas servidores públicos, Doutor Marcos Prosbt. Em

primeiro lugar, quero lhe parabenizar pela excelente pronúncia da defesa.

Quero, aqui, deixar algumas palavras, Deputado Laércio, aos meus amigos nesta tarde. Eu pauto o meu mandato na clareza de posições, porque eu entendo que a responsabilidade atribuída a nossa função é essa. A nossa palavra, meus Colegas, reverbera. E ao fazer críticas e acusações, protegidos que somos pela imunidade parlamentar, precisamos tomar o cuidado para não cometermos injustiças. Esse para mim é um dos maiores desafios do Parlamento, que tem em seu escopo o ato de fiscalizar a conduta, em especial, do Poder Executivo.

Meus Colegas sabem que eu não sou adepta a espetáculos teatrais ou pirotecnias, não que me falte competência para fazê-lo. E me machuca contrapor os meus Colegas em tom que não seja o mais respeitoso possível, e é por isso que eu sempre rogo a Deus que me permita manter o equilíbrio. E por isso, respondendo ao colega Ivan, que não está neste momento, no Plenário, que, eventualmente, eu abro mão de fazer debates, quando se baixa o nível, aqui nesta Casa, nas ofensas pessoais à figura do Governador ou de qualquer outro agente político.

Mas, hoje, eu também me rogo o direito de desabafar. Eu preciso falar com franqueza a vossas excelências o que arde em meu peito, no que concerne aos pedidos de *impeachment*, meus amigos.

Eu estou com vergonha do Parlamento! Muita, muita! Não apenas por estarmos levando tudo isso a tão longe, não apenas por achar que nós estamos prestando um desserviço ao Estado neste momento. Mas pela pressa, sim, pelo uso flagrante do substrato do Regimento, nas suas mais delicadas vírgulas, para benefício daqueles que desejam o afastamento do Governador. Aqueles que não coadunam com esse pensamento, são cotejados em seus direitos mais elementares.

Esta Casa, nesse espectro, não tem sido democrática, não tem respeitado as minorias, quando o assunto é *impeachment*, com raras

exceções, aquela que me colocou como um dos nove membros desse processo.

Desculpem-me, mas aqui, no Parlamento, até mesmo um projeto de lei que dá nome a uma rua, uma denominação a uma escola, se pode conceder vista. Eu pedi vista de um relatório por cinco sessões, uma semana e meia, não por falta de consideração ao Relator, Deputado Cobalchini, que é uma das pessoas que eu mais aprecio nesta Casa.

Eu pedi vista, não com o objetivo de procrastinar nada, nem era meu interesse, em princípio, fazer um pedido de vista. Mas a semana que antecedeu a nossa última sessão, ela tinha trazido novos fatos sobre o caso dos respiradores. Fatos que, se chegassem ao processo, poderiam, sim, já nessa fase, inocentar o Governador. E esse direito, senhor Presidente, me foi negado, porque havia um Ato da Mesa que sustentava as posições dos nossos oito Colegas.

Em meu ver, na minha insignificância de quem vive a experiência do seu primeiro mandato, eu entendo que um ato da Mesa não pode sufocar o direito inalienável do Parlamentar, descrito no nosso sagrado Regimento. Eu não tenho, meus amigos, nenhuma pretensão de mudar a lógica de escolha de ninguém. Eu preciso, também, dizer que eu respeito todos os Colegas que pensam diferente de mim e suas razões. Mas também quero e mereço me fazer respeitar, aqui nesta Casa, na qual eu cheguei eleita, como cada um de vossas excelências, como qualquer outro Colega deve e merece ser respeitado em suas prerrogativas, mesmo que discordemos.

É assim, nos momentos em que há respeito mútuo pelas diferenças, mesmo pelas minorias, é que este Parlamento se faz grande. Nestes tempos estranhos e cinzentos, nós sentimos a temperatura do Parlamento aquecer. O estilo do Governo, diferente do que conhecíamos em termos relacionais, não se ajustou à Casa. A pandemia nos tirou do prumo em todos os sentidos, a todos nós, a sociedade catarinense.

E o Parlamento, então, decidiu por acolher dois pedidos de *impeachment*. Do primeiro, que

trata da questão dos Procuradores, vossas excelências já conhecem o meu pensamento. E folgo em saber que haverá um Juízo de Tribunal Misto, nesta próxima sexta, neste local, neste Plenário, com a participação do Poder Judiciário, onde há uma chance de liquidarmos essa inenarrável injustiça. Sim! Eu tenho uma esperança de que, como muitos de vossas excelências disseram naquela ocasião, e hoje ouvi atentamente, que não votaram pela condenação de alguém, mas apenas pela investigação.

Eu creio que agora, nas mãos do Tribunal Misto, a justiça seja alcançada. Em meu ver, não há fundamento técnico, não há fundamento legal, não há fundamento ético para o afastamento de um Governador e menos ainda de sua vice, por conta de uma situação de discussão de direito difuso de um coletivo de servidores, cujo tema sequer se exauriu nos meios judiciais, meus Colegas. Não há decisão final judicial sobre este caso! Seguir com este *impeachment*, requerido por um agressor de mulheres, importante que não se olvide, é a maior de todas as afrontas à democracia.

Pois bem! Temos aqui uma segunda rodada de *impeachment*, da qual eu tive o privilégio de ser indicada a participar. A quem, mais uma vez, agradeço, Deputado Milton Hobus, pela deferência em atender ao meu pedido dessa ocasião. E depois de largos dias de estudo sobre o processo em si, me sinto mais do que preparada para falar a respeito.

Primeiro, eu quero dizer que este segundo pedido de *impeachment* denota, para minha tristeza, a liquidez da sofrível condição do momento pandêmico que ainda se avizinha. Parece o *impeachment* do fim do mundo, digo isso, porque a vontade de se achar qualquer que seja, eu repito, qualquer que seja um indício de culpabilidade ao Governador é tão explícita, que no ato original, até mesmo a retirada de uma matéria de pauta, por parte do Executivo, foi motivo pra advogar pela morte deste Governo. Surreal!

O Parlamento, no uso de algum bom senso, excluiu os abusos em escala, é bem verdade.

Deixando apenas as questões do hospital de campanha e o caso dos respiradores, dos R\$33 milhões. Sobre o primeiro, em curtos comentários, porque sequer houve contratação, ainda que procedimentos administrativos tenham sido tomados para tal.

Graças a Deus, hospitais de campanha não foram necessários em Santa Catarina. Graças a Deus e à competência da equipe da Secretaria de Saúde e demais Secretarias que se envolveram nesse processo. Quanto ao caso dos respiradores, assunto mais delicado, eu me dediquei com profundidade a conhecer os Autos da CPI, e os demais documentos acostados nesse processo.

Vou direto ao ponto. A opinião pública, meus Colegas, chocou-se com a fraude sofrida pelo Estado no caso dos respiradores. A confiança da população ficou profundamente abalada, nós sabemos disso, afinal de contas estamos falando de um recurso extraordinário, na ordem de R\$33 milhões, em meio a um cenário de pandemia, que maltratava a saúde e a economia dos catarinenses. Era necessário que as investigações iniciassem rapidamente. E foi isso que o Governador Moisés determinou.

Importante também que se diga que o Estado recuperou, com a ajuda dos órgãos de controle, cerca de R\$14 milhões. Situação que não foi mencionada por nenhum dos Colegas, nesta tarde, é impressionante! E as investigações, elas continuam seguindo seu curso. Continuam seguindo o seu curso.

Bem. Mas falando propriamente do pedido de *impeachment*, no quesito respiradores, os autores o fizeram baseados em três atos: a ciência do Governador na compra; o suposto falso testemunho do Governador, alegando que ele teria mentido para a CPI, quanto à data de que tomou conhecimento do possível pagamento antecipado; e a omissão. Olha só! Vejam bem! A omissão no tocante à exoneração dos Secretários da Saúde e da Casa Civil. Sobre esse ponto, de tão descabido para um pedido de *impeachment*, nem tecerei comentários.

Vamos lá. Dos meus escritos e estudos da matéria propriamente dita. Quanto à ciência do

Governador, é importante que se diga que, em nenhum procedimento de compra, nenhum, eu repito, dentro e fora da pandemia, houve tramitação processual para o seu gabinete. Não há uma assinatura. Não há uma mensagem de *Whatsapp*, uma conversa formal ou informal, que seja, que vincule a possível ciência da pessoa do Governador de qualquer ato específico de compra. Eu estou falando de um ato específico de compra!

Este homem, ele está sendo acusado de um fato que, simplesmente, não existiu e não há qualquer proibição dentro dos processos. E por mais que alguns tenham uma vontade desesperada de condená-lo, não podemos inventar uma narrativa que não se confirma em nenhum ato administrativo. Não existe, nesse processo, um aceno que seja, que aproxime o Governador da empresa que vendeu os respiradores. Esse é o ponto. Nem dessa empresa, e nem de qualquer outra prestadora de serviços do Estado.

Meus Colegas, olhem bem o estilo de Governador, que é de extrema reserva, motivo pelo qual ele próprio foi criticado nesta Casa e em outros ambientes. O que pode fazer alguém a crer, num ambiente sem prova...

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Deputada Paulinha, quero pedir escusas a vossa excelência, mas sou obrigado a cumprir o Regimento Interno.

E nessas condições...

DEPUTADA PAULINHA - Eu estou no meu tempo de uso, não?

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente)- Ainda que lhe garanta o tempo, a Presidência é obrigada a encerrar a presente sessão, convocar outra, extraordinária, para às 19h01m, e o tempo de vossa excelência será totalmente assegurado.

DEPUTADA PAULINHA - Agradeço.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para às 19h01m.

Está encerrada a sessão. *[Transcrição: Eliana]*

*(Ata sem revisão dos oradores)*

*[Revisão: Taquígrafa Sara/Northon]*